

ENTREVISTA

Dari Krein aborda as relações de emprego no Brasil

EXPERIÊNCIAS

Os desafios da organização sindical na base

IDÉIAS

O papel nefasto da mídia privada na atualidade

ANO 21 – Nº 56 – R\$ 7,50 – JUN/JUL/AGO-2007

Debate Sindical



Os riscos da regressão do trabalho no governo Lula



OLINDA ESTÁ DIFERENTE.

**OLINDA, AGORA, É COMO
O BRASIL. É DA GENTE.**

Dessa gente misturada que a gente vê pelas calçadas. Dessa gente criativa que reinventa a vida e a própria sobrevivência. E que, agora, reinventa o Brasil. Dessa gente que anda nas ruas atrás dos sonhos, sorrindo pra esperança. Essa gente desses Brasis. Essa gente dessa Olinda.

OLINDA

Patrimônio da Humanidade



**PREFEITURA
POPULAR**

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Sede:

Av. Brigadeiro Luís Antônio,
nº 933, conj. 209, Bela Vista,
São Paulo, SP, CEP 01317-001,
fone/fax: (11) 3106-0700
Correio eletrônico: c.e.s.@uol.com.br

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore
Augusto Petta
Cláudio Gonzalez
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Oswaldo Bertolino
Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito
César Benjamin
Décio Saes
Emir Sader
Francisco Teixeira
João Pedro Stedile
Luis Fernandes
Luís Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes
Abigail Pereira
Álvaro Gomes
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida
Gilson Reis
Gregório Poço
José Carlos Schulte
Luís Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Sérgio Barroso
Vianei Martins
Wagner Gomes

Capa:

Marcello Casal Jr/ABr

Ilustração:

Marcio Baraldi

Revisão:

Marcia Almeida

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves

Impressão e acabamento:

Editores Parma Ltda

- 4** **Lula-II e a nova onda de regressão do trabalho**
ALTAMIRO BORGES
- 7** **As tendências recentes das relações de emprego**
ENTREVISTA: JOSÉ DARI KREIN
- 12** **Crescimento econômico e redução da pobreza**
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 13** **Formas de exploração do trabalho em turnos**
HÉLIO SOARES
- 15** **Os desafios da organização de base**
AUGUSTO PETTA
- 18** **Mutirão em Brasília em defesa do trabalhador**
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ
- 19** **Tendência antiimperialista na América Latina**
RONALDO CARMONA
- 23** **O papel da mídia no Brasil**
VENÍCIO DE LIMA
- 26** **A imprensa sindical na atualidade**
VITO GIANNOTTI
- 30** **A guerra do crescimento e os seus soldados**
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 31** **O sindicalismo no segundo mandato de Lula**
ALTAMIRO BORGES
- 37** **A precária unidade da CIS**
EVERALDO AUGUSTO
- 39** **O sindicalismo mexicano e o neoliberalismo**
ELÍAS AGUILAR VERNARDINO
- 42** **Mortes no trabalho: arcaicas e modernas**
COLUNA: HERVAL PINA RIBEIRO
- 43** **A desnacionalização do ensino superior**
CLOTILDE LEMOS
- 46** **Origens do Dia Internacional dos Trabalhadores**
PAULO COSIUC
- 48** **Resenhas de livros**
LÍGIA COELHO/LEANDRO GALASTRI
- 50** **A reforma da Previdência e a TV Globo**
OPINIÃO: WAGNER GOMES

Lula-II e a nova onda de

Emenda 3 da precarização do trabalho, regressões na Previdência e restrições ao direito de greve: momento exige autonomia e forte pressão das ruas

ALTAMIRO BORGES

As manifestações do Dia Internacional dos Trabalhadores, no 1º de Maio, tiveram como seu eixo principal a crítica às novas investidas do governo e dos patrões contra os direitos trabalhistas e previdenciários. No ato organizado pela CUT em São Paulo, que reuniu quase um milhão de pessoas, vários oradores alertaram para os riscos de retrocesso nas relações de trabalho. Já no megashow da Força Sindical, que sorteou dez carros e cinco apartamentos e juntou mais de um milhão de pessoas, o próprio ministro do Trabalho, Carlos Lupi, atacou os que “querem a volta do trabalho escravo”. Num tom mais crítico, o ato organizado pela Conlutas, Intersindical e pastorais da igreja, que reuniu 7 mil ativistas, gritou por “nenhum direito a menos”.

Motivos para tanta preocupação não faltam. No momento em que o governo Lula alardeia o Programa de Aceleração do Crescimento, garantindo que o PAC gerará empregos e renda, o



Divulgação

mundo do trabalho sofre um ataque cerrado que há muito não se via. De uma única vez, estão em pauta a Emenda 3 da precarização do trabalho, graves retrocessos na Previdência Social e duras restrições ao direito de greve. “É um dos piores momentos para os trabalhadores”, alerta Quintino Severo, secretário-geral da CUT. “Há um ataque quase generalizado aos direitos. Estamos em perigo”, concorda o deputado Paulinho, da Força Sindical.

A EMENDA DA GLOBO

No caso da Emenda 3, ela surgiu como contrabando no bojo da votação do projeto da Super-Receita. A sua aprovação confirmou a correlação extremamente desfavorável aos trabalhadores no parlamento. A

emenda proíbe os fiscais de multarem empresas que substituam trabalhadores registrados por prestadores de serviço (pessoa jurídica, PJ), o que, na prática, estimula a sonegação dos direitos trabalhistas e incentiva, inclusive, a ampliação do trabalho escravo. Alertado, o presidente Lula, num ato de coragem pouco usual e revelador de seu instinto de classe, vetou a medida. A gritaria do capital, porém, é violenta.

A guerra, com nítido viés de classe, está declarada e ainda não se sabe quem será o vencedor. As entidades patronais e a sua mídia venal – a medida já foi batizada de “emenda da TV Globo” – colocaram suas tropas em campo para pressionar o governo e para “seduzir” os parlamentares. Já no outro extremo, o sindicalismo

regressão do trabalho

superou suas divergências e uniu forças para apoiar o veto presidencial. Nos últimos dias, os trabalhadores voltaram às ruas, com greves e passeatas que também há tempos não se via. Destaque para greve do Metrô, alvo da fúria de José Serra que demitiu cinco diretores do sindicato, e para os protestos em Caxias (RS).

SAÍDAS DO IMPASSE

Diante do impasse, os conciliadores se apressam como bombeiros, o capital manobra para bancar o mesmo golpe com outro invólucro, e o sindicalismo ameaça com novas greves. O governo promete apresentar uma “alternativa” à Emenda 3, que preserve os direitos de alguns setores e flexibilize a fiscalização em outros. A idéia é legalizar a contratação das PJs em casos específicos, como dos profissionais liberais. “É lícita a contratação de pessoas jurídicas em alguns casos, mas queremos evitar a precarização”, concilia o ministro Guido Mantega. A proposta alternativa, entretanto, não contentou nem o capital nem o trabalho.

Já o patronato abraçou a proposta do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), presidente da Comissão de Trabalho e membro da base aliada do governo. Pegando carona no debate da Emenda 3, ele propõe que os direitos trabalhistas sejam negociados “livremente”, sem qualquer mediação ou fiscalização do Estado. Para “evitar a polêmica” sobre a ação dos fiscais, ele defende que a Carteira de Trabalho seja substituída por um cartão

magnético e que a negociação coletiva dê lugar às negociações individuais e diretas. “Os defensores da precarização perderam o senso de realidade”, reage Antônio Augusto Queiroz, diretor do Diap.

Já as centrais sindicais ameaçam radicalizar a pressão caso o veto presidencial seja derrubado ou qualquer outra medida, com o mesmo teor, seja aprovada. “Vamos parar o Brasil”, garante o presidente da CUT, Artur Henrique. “A gente vai tocar mais fogo ainda”, concorda o deputado Paulinho. O próprio ministro do Trabalho, Carlos Lupi, do mesmo partido do presidente da Força Sindical (PDT), avalia que não há clima para qualquer rasteira nos trabalhadores. “Se o veto for derrubado, vai ser um divisor de águas no nosso governo. Vamos ter uma luta de classes com conseqüências que não sabemos quais serão”, adverte.

REGRESSÕES NA PREVIDÊNCIA

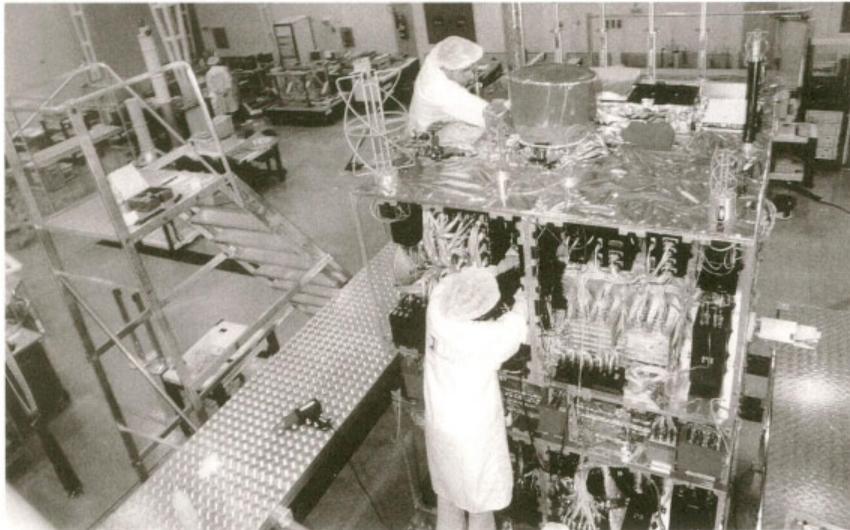
Se não bastasse a guerra contra a Emenda 3, os trabalhadores também estão diante de outros golpes. Desde março, o Fórum Nacional da Previdência Social, a

instância tripartite criada pelo governo, orquestra novos ataques aos direitos previdenciários. Neste caso, os patrões e o governo demonstram maior sintonia contra o trabalho. Entre outras idéias regressivas, propõem elevar a idade mínima da aposentadoria para 65 anos, reduzir as contribuições previdenciárias das empresas e incentivar os fundos privados de pensão – tudo bem ao gosto das corporações capitalistas, em especial da ditadura financeira.

Para piorar, conforme noticiou a *Agência Carta Maior*, “os trabalhadores do setor privado também correm o risco de enfrentar mais obstáculos para obter benefícios da Previdência. Por interesse do governo, o Senado tenta votar projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que muda o cálculo do valor do auxílio-doença pago pelo INSS e, na prática, reduz o pagamento... Estima-se que o valor do benefício cairia até 80%”. Já o novo ministro da Previdência, Luiz Marinho, passou a defender uma estranha redução das pensões. Diante da insólita idéia, o jornalista Jânio de Freitas aproveitou para tirar uma casquinha do sindicalista-ministro:

“A proposta com que o sindicalista Luiz Marinho, ex-presidente da CUT, inaugura a sua estada como ministro da Previdência é de um reacionarismo imoral. Quer esse sindicalista a redução das pensões por morte à sua metade, com o eventual acréscimo de 10% se houver, além da viúva, dependente menor. Isso, neste país que ostenta a mais indecente aposentadoria dos assalariados, assistência social que é

Sindicalismo precisará combinar a defesa de sua autonomia, a pressão das ruas e a inteligência política para não fazer o jogo do inimigo



Divulgação

uma humilhação e salários que não permitem ao trabalhador se prover nem sequer minimamente para os males da velhice”, fustiga o colunista, um ácido crítico do governo Lula e do chamado “neopeleguismo”.

RESTRIÇÕES ÀS GREVES

Por último, o governo confirmou que ultima a redação de um projeto de lei para restringir o direito de greve do funcionalismo e dos trabalhadores dos serviços essenciais. O ministro Paulo Bernardo, outro sindicalista que se converteu ao credo neoliberal e é hoje o principal expoente do “palocismo” no governo, já anunciou que o projeto deverá proibir a greve em determinadas categorias, fixar quorum mínimo para as assembléias e instituir o corte dos dias parados. “A Constituição diz que o servidor tem direito de fazer greve, mas temos que preservar os interesses do cidadão. A greve tem que ter limites”, insiste o ministro-sindicalista.

Essa proposta anti-sindical e inconstitucional veio à tona no exato momento do lançamento do PAC, o que gerou desconfiças do sindicalismo. O petardo não surgiu por acaso. Ocorre que o PAC

define que a folha de pagamento do funcionalismo só poderá ter aumento de salário de 1,5% na próxima década. A medida, que não afeta apenas os interesses dos servidores, já que sinaliza para um estancamento do crescimento do próprio Estado, tende a ser o estopim de várias greves. Daí a precipitação do governo ao lançar um projeto de restrição ao direito de greve, o que pode manchar a própria biografia do presidente-sindicalista.

A idéia gerou imediata reação. Em nota oficial, a CUT exigiu a regulamentação do direito de negociação do funcionalismo e rejeitou a proposta de Paulo Bernardo. “Falar em proibir as greves em determinados setores é um absurdo”. Já a Ordem dos Advogados do Brasil afirmou que “o direito de greve foi assegurado aos servidores públicos. É preciso apenas, por via de lei complementar, estabelecer a forma do seu exercício e não a da sua proibição. Se a intenção for a da restrição já se prenuncia uma visível inconstitucionalidade”.

AUTONOMIA E PRESSÃO

Como se nota, o momento é de um ataque frontal aos direitos dos trabalhadores e exigirá muita

“É um dos piores momentos para os trabalhadores”, alerta Quintino Severo, dirigente da CUT. “Estamos em perigo”, concorda Paulinho da Força

habilidade e combatividade do sindicalismo. Ele precisará combinar com maestria a firme defesa de sua autonomia, com a intensificação da pressão das ruas e a inteligência política para não fazer o jogo dos inimigos. No caso da Emenda 3, somente os sectários não percebem que é preciso apoiar o veto do presidente Lula, que se choca com os interesses do capital. Já nos outros pontos – reforma previdenciária, restrição ao direito de greve e archo dos servidores –, ele não poderá vacilar no combate às idéias regressivas gestadas no governo Lula.

Ao menos na retórica, a CUT sinaliza que não adotará a mesma postura passiva tomada quando da primeira reforma da Previdência do governo Lula, em 2003, que lhe custou a perda de importantes sindicatos. Agora, aparentemente o tom é diferente. Mesmo a Força Sindical parece ter mudado de atitude, radicalizando suas críticas a qualquer medida contrária ao trabalho e, inclusive, somando-se à luta do funcionalismo. Outros movimentos também se preparam para o confronto, como ficou visível no recente Encontro Nacional contra as Reformas Neoliberais, que reuniu mais de 5 mil ativistas do Conlutas, Intersindical e pastorais da igreja.

Altamiro Borges é editor da revista Debate Sindical e autor do livro “As encruzilhadas do sindicalismo”



As tendências recentes das relações de trabalho

J O S É D A R I K R E I N

A regulação pública é fragilizada e o trabalho fica mais exposto à determinação

Ex-coordenador da Comissão Pastoral Operária (CPO) e ex-assessor da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, José Dari Krein é considerado um dos maiores especialistas do país na área de relações de trabalho. Em março, recebeu o título de doutor em economia aplicada da Universidade Estadual de Campinas ao defender a tese sobre “as tendências recentes das relações de emprego no Brasil”. Professor da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) e co-autor, entre outros livros, de “Salário mínimo e desenvolvimento” e “Transformações no mundo do trabalho e os direitos do trabalho” (Editora LTR, 2006), Krein concedeu entrevista para o Instituto Humanitas da Unasinos (IHU), da qual publicamos os principais trechos.

Se o senhor fosse resumir a sua tese em três grandes conclusões, quais seriam elas?

Dari Krein: Em síntese, a tese procura demonstrar as transformações que ocorreram na regulação do trabalho, especialmente, nos elementos centrais da relação emprego que permitiram ampliar a flexibilidade. São inúmeras mudanças, que evidenciam uma nova realidade para o trabalho no Brasil. Mudanças que vão ocorrendo na lei, na negociação coletiva, no mercado de trabalho, no processo de trabalho, no papel do Estado e das instituições públicas que atuam na área.

Em segundo lugar, a tendência de flexibilização é um elemento constitutivo da atual ordem econômica. Nessa ordem, a regulação pública é fragilizada e o trabalho tende a ficar mais exposto a uma determinação via mercado, transformando-se numa mercadoria como qualquer outra. Apesar do novo discurso da gestão de pessoal, os trabalhadores estão submetidos à lógica do capitalismo flexível, em que impera a incerteza, a insegurança e a segmentação. Assim, a flexibilização traz, entre outros, os seguintes impactos no mundo do trabalho:

- 1) os trabalhadores são submetidos a uma permanente tensão, em que as suas competências e capacidade de trabalho são permanentemente colocadas em xeque;
- 2) o trabalho em ritmo intenso, as múltiplas exigências, combinadas com a cobrança de um novo tipo de comportamento e atitude emocional, provocam a emergência de novas doenças do

trabalho (estresse, *burn-out*, pânico, depressão, angústia, ansiedade, hipertensão arterial, etc.);

3) há uma segmentação cada vez mais nítida entre os que alcançam postos de trabalho melhor remunerados e os que estão disponíveis no mercado para exercer qualquer atividade;

4) busca-se fragilizar os sindicatos e reduzir o seu papel, assim como o das instituições do Estado, na regulação pública e geral do mercado de trabalho;

5) as negociações tendem a se descentralizar para o local de trabalho;

6) o processo de racionalização, embutido na política de flexibilização, tende, ao contrário do que propagam seus defensores, a agravar o problema do desemprego ao promover uma distribuição desigual do trabalho;

7) há uma sobreposição, cada vez maior, do tempo econômico sobre o tempo social, o que gera uma série de desequilíbrios. Combinada com políticas sociais de caráter restritivo, ela representa um dos principais retrocessos tanto no sistema de proteção social como nos direitos trabalhistas, ao

Os trabalhadores estão submetidos à lógica do capitalismo flexível, em que impera a incerteza, a insegurança e a segmentação

do mercado, transformando-se numa mercadoria

possibilitar que os desígnios da acumulação da riqueza submetam as demais esferas da vida em sociedade. É a busca incessante por transformar tudo em tempo produtivo, desconsiderando todas as suas implicações na vida pessoal e na estruturação da sociedade contemporânea.

Em terceiro lugar, apesar de o país ter uma legislação social e instituições públicas na área do trabalho, avançou-se na perspectiva da flexibilização, ainda que tenham ocorrido movimentos contraditórios em relação a essa tendência, nos anos recentes, com melhorias nos indicadores sindicais, especialmente em termos de negociação salarial, de valorização do salário mínimo e de um pequeno incremento na participação do emprego formal na estrutura ocupacional, pois o mercado de trabalho continua apresentando características históricas que o tornam desfavorável aos trabalhadores, tais como o excedente estrutural de força de trabalho, baixos salários, alta rotatividade e número elevado de ocupações precárias e informais.

Enfim, o enfraquecimento da regulação de proteção social tende a favorecer uma distribuição desigual da riqueza na sociedade capitalista atual e um avanço em direção a uma maior “mercantilização” da força de trabalho, em que o mercado tenha maior peso na determinação das condições de uso e contratação do trabalho. A tendência de flexibilização corrobora e é estimulada pelas transformações mais gerais no mundo do trabalho e na sociedade. Portanto o padrão de regulação, real e não formal,

está estreitamente associado ao modelo de desenvolvimento em curso na sociedade.

Na tese o senhor afirma que a flexibilização fica evidente nas novas formas de contratação; na organização do tempo de trabalho e nos mecanismos de remuneração. Poderia explicar um pouco melhor?

Do ponto de vista da contratação, a flexibilização se expressa de cinco formas: a) crescimento da informalidade, que continua crescendo desde os anos 90, especialmente o trabalho sem registro em carteira; b) avanço progressivo da contratação atípica, que é a contratação por prazo determinado, temporário, em que os trabalhadores têm menos direitos; c) facilidade que o empregador tem em despedir, fazendo com que a rotatividade do trabalho seja uma das mais altas no mundo; d) avanço da relação de emprego disfarçada ou simulada,

O processo de racionalização tende a agravar o problema do desemprego ao promover uma distribuição desigual do trabalho

tais como a contratação como pessoa jurídica, estágio, cooperativos e autônomos proletarizados; e) terceirização, que avançou muitíssimo e constitui-se em uma das principais formas de contratação.

Quanto ao tempo de trabalho, vemos os seguintes fenômenos: 1) eliminação do dia de descanso no domingo; 2) modulação da jornada de acordo com as necessidades da empresa, fazendo com que as pessoas fiquem mais a disposição da empresa; 3) intensificação do trabalho e eliminação dos tempos mortos, com uma sofisticação do mecanismo de controle, o que significa que as pessoas trabalham

Divulgação



Apesar de manter a flexibilização, é preciso reconhecer que no governo Lula

muito mais; 4) a cada vez mais tênue diferença entre o tempo social (pessoal, da família, do descanso: do não trabalho) e o tempo de trabalho, fazendo com que as pessoas precisem levar trabalho para casa. É o tempo econômico subordinando o tempo de vida das pessoas.

Além disso, existem dois outros fenômenos. Um é histórico e continua a se reproduzir, que é a grande quantidade de horas extras. O outro é a diversificação nas formas de organizar os turnos de trabalho, na perspectiva de ajustar a jornada à realidade de cada setor ou empresa e de burlar a legislação dos turnos ininterruptos das seis horas diárias.

Em relação à remuneração, a principal novidade é o avanço da remuneração variável e individualizada, em que as pessoas ganham de acordo com o seu desempenho individual, do grupo e da empresa. A flexibilização, também, ocorre pelo descumprimento da legislação, já que as multas e penas são pouco expressivas. Por último, ela advém da definição das funções que trabalhador fará na empresa, com o avanço da polivalência do trabalho. Não são manifestações pontuais, mas que somadas mostram alterações substantivas na regulação do trabalho no Brasil. São alterações que evidenciam uma situação que aprofunda a insegurança, a diferenciação social e a precariedade.

No Brasil, a flexibilização acontece tardiamente em relação aos países centrais. Por quê?

A demanda pela flexibilização como “alternativa” para enfrentar o problema do desemprego aparece nos anos 90, enquanto na Europa e

O presidente FHC teve responsabilidade direta ao promover as principais mudanças em relação à flexibilização das relações de trabalho

nos EUA ela já está presente nos anos 80. Todo o projeto neoliberal aparece um pouco mais tarde no Brasil. Nos anos 80, o país viveu uma contra tendência, tanto do processo político como na regulação do trabalho, em relação ao chamado mundo desenvolvido. Ou seja, nos anos 80, houve a ampliação dos direitos trabalhistas e da proteção social e o fortalecimento do sindicalismo. A força do movimento social brasileiro conseguiu retardar o projeto neoliberal.

Ao mesmo tempo é importante considerar que boa parte dos avanços conquistados nos anos 80 não se consolidou, pois o país não conseguiu encaminhar o modelo de desenvolvimento para enfrentar a crise econômica e social do período, fazendo com que muitos aspectos eles virassem letra morta. E, ao prevalecer a opção neoliberal, agravaram-se os problemas na área do trabalho. Além disso, é fundamental considerar que a flexibilidade da relação emprego é histórica no país. O sistema de relações de trabalho sempre foi flexível, pois os empregadores têm facilidade de despedir o trabalhador, de dispor de inúmeras formas de contratação alternativa,

de ajustar o valor dos salários, de estender a jornada de trabalho, de desrespeitar a lei sem grandes problemas.

O período de intensificação na desregulamentação das relações de emprego no Brasil começa nos anos 1990 e coincide com a “Era FHC”. Qual foi o papel do presidente Fernando Henrique nesse processo?

Nos anos 80, o significado da reforma trabalhista era outro, pois se referia à busca da ampliação dos direitos e ao fim do sistema corporativo de relações de trabalho. Quem pautava o tema era o movimento dos trabalhadores. Nos anos 90, o tema de reforma trabalhista tem outra conotação, pois significa ajustar as relações de trabalho ao projeto neoliberal e ao processo de inserção passiva do país na globalização financeira.

Portanto a intensificação da flexibilização, mais do que a desregulamentação, é parte do movimento mais geral de profundas mudanças ocorridas na sociedade brasileira, em que o presidente FHC tem responsabilidade direta, com a implementação de uma agenda liberalizante. Por isso, é no governo dele que ocorrem as principais mudanças em relação à flexibilização das relações de trabalho. A flexibilização não teve efeito positivo sobre o mercado de trabalho, pois as novas medidas não contribuíram para criar postos de trabalho, mas aprofundaram a precariedade.

O governo Lula interrompeu o processo de flexibilização no mundo do trabalho ou continuou?

Nesse aspecto, o governo Lula é contraditório. No essencial, o

ocorreram algumas medidas contrárias a esta lógica

processo de flexibilização continuou avançando no período recente, principalmente pela situação mais geral do mercado de trabalho e pela reprodução das medidas anteriores. Os aspectos novos que fortaleceram a lógica da flexibilização foram: a Lei de Falências, a legitimação das *Comissões de Conciliação Prévia* no chamado Super-Simples, aspectos da *reforma do judiciário e a reforma da previdência*. Mas apesar dos discursos desencontrados ora de defesa, ora de condenação da flexibilização, o governo Lula deixou praticamente intacta a legislação introduzida pelo governo FHC e defendeu a necessidade de uma legislação diferenciada, no campo trabalhista, para as micro e pequenas empresas. Projeto ainda não aprovado no Congresso.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que ocorreram algumas medidas que vão contra a lógica de flexibilização, tais como a retirada do projeto que previa a *prevalência do legislado sobre o negociado*, o fim dos *incentivos para contratação por prazo determinado* e a política de *valorização do salário mínimo*, que é a principal medida. Ela tem importante função na estruturação

Num quadro de desenvolvimento econômico e melhora do mercado de trabalho, pode ocorrer um revigoramento do sindicalismo

O movimento sindical continua desafiado a repensar suas estratégias para fazer frente às transformações estruturais em curso

do mercado de trabalho, na diminuição do leque salarial, na distribuição de renda e nas campanhas salariais das categorias ao ser uma espécie de farol. Enfim, como tendência, o processo de flexibilização continuou avançando, especialmente pela própria dinâmica do mercado de trabalho. Essa lógica mais geral não foi revertida.

Todos falam que o sindicalismo está em crise, porém o senhor aponta uma melhoria dos seus indicadores nos últimos anos, como o aumento da sindicalização e do número de greve. Qual é o significado disso?

A melhoria destes indicadores não significa que o movimento sindical tenha superado a crise. Ela indica que a instituição está viva e detém alguma respeitabilidade. Os indicadores refletem a pequena, mas não estrutural melhoria do mercado de trabalho. A crise sindical está relacionada com o seu papel histórico como um dos instrumentos da classe trabalhadora na sua luta pela melhoria das condições de vida e de transformação social.

Ao mesmo tempo, os sinais de fragilização continuam presentes, especialmente com a ampliação da

pulverização sindical dentro de um movimento de segmentação do próprio mercado de trabalho; a pequena capacidade de intervenção nos rumos do debate nacional; e a própria compreensão por parte da sociedade do papel da instituição sindical no contexto atual, colocando-a em questionamento.

Em todo caso, é uma instituição que não foi destruída e continua procurando seu espaço de ação para manter a representatividade e importância na sociedade, particularmente junto à classe trabalhadora. Num quadro de desenvolvimento e de melhora do mercado de trabalho, pode ocorrer um revigoramento do sindicalismo, como há alguma indicação no período recente. Em síntese, o sindicalismo continua desafiado a repensar permanentemente suas estratégias para fazer frente às transformações estruturais em curso na sociedade.

Caminhamos para uma sociedade da total precarização na realidade do trabalho?

A tendência atual é avançar a precariedade e a insegurança do trabalho. Mas, como a flexibilização é fruto de uma construção social e histórica, ela pode ser alterada. Sua lógica está coadunada com o capitalismo flexível e financeirizado. Acreditar na irreversibilidade da precarização é sepultar a perspectiva da transformação social. No fundo, o padrão de regulação do trabalho tem relação direta com o tipo de sociedade que se pretende construir. A reversão da lógica atual pressupõe pensar a estruturação de uma sociedade sob outras bases.

Crescimento econômico e redução da pobreza

A evolução da pobreza no Brasil sofreu uma importante inflexão na tendência de queda que se verificava desde o início do ciclo da industrialização nacional. Embora o país tivesse convivido com a forte presença da pobreza contaminando parcela importante da população urbana, havia o movimento de redução de sua proporção no total da população devido ao elevado ritmo de crescimento da economia e, por conseqüência, ao aumento rápido do nível de emprego, sobretudo do assalariamento formal, e do rendimento domiciliar *per capita*.

CICLO INTERROMPIDO

A partir de 1980, com a interrupção do ciclo de industrialização, o Brasil interrompeu a tendência de redução significativa da pobreza. De fato, entre 1970/80, a taxa de pobreza caía ao ritmo de 3,2% ao ano, enquanto entre 1980/2005 sua diminuição em relação ao total da população desacelerou-se para somente 0,98% ao ano.

Em síntese, pode-se constatar que nos últimos 35 anos a taxa de pobreza caiu, invariavelmente, 0,36% para cada elevação de um ponto percentual do PIB (Produto Interno Bruto). Quando a economia nacional crescia quase 9% em média ao ano, como na década de 1970, a taxa de pobres no país era reduzida

MARCIO POCHMANN



O desenvolvimento permite uma ação mais ativa e eficiente do movimento sindical

mais rapidamente que a partir de 1980, posto que o ritmo de expansão médio anual da produção nacional regrediu para tão somente 2,7% ao ano.

COMPOSIÇÃO INVERTIDA

Ademais, convém destacar uma modificação substancial na queda da pobreza no período mais recente. Frente ao contexto de semi-estagnação da economia, ocorreu a elevação do desemprego e a precarização generalizada das ocupações. A situação não se tornou ainda mais desfavorável devido aos avanços nas políticas sociais, em grande medida proporcionada pela Constituição de 1988, que terminou implicando na positiva expansão do gasto social, especialmente para a população inativa (idosos, portadores de necessidades especiais, crianças, entre outros).

Por conta disso, a composição da pobreza foi se modificando segundo condição de atividade. No Brasil como um todo, os inativos perderam participação relativa no total da população pobre (de 56,7% para 48%), enquanto os ativos (trabalhadores) aumentaram significativamente (de 43,3% para 52%), sobretudo por conta dos desempregados no período de 1989 e 2005.

AMBIENTE DOS SINDICATOS

Se o critério de análise for o comportamento da pobreza entre os ocupados, podem ser observadas mudanças interessantes para o mesmo período. Em todas as posições na ocupação, a condição de empregado foi a única que registrou aumento da taxa de pobreza. Entre os anos de 1989 e 2005, esta taxa entre os empregados cresceu 53,9%. Para o mesmo período, entre os empregadores ela caiu 44,6%, entre os por conta-própria, caiu 26,7% e entre os sem remuneração, caiu 20,7%.

Ao contrário do passado, quando o exercício do trabalho era uma das principais condições para superação da pobreza, atualmente, a situação de atividade não mais garante padrão de vida distante da pauperização. O crescimento sustentado e rápido da economia nacional continua a ser um dos requisitos para o emprego melhorar, pois permite a atuação mais intensa e efetiva dos sindicatos na defesa de melhores condições de vida e trabalho.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp/SP

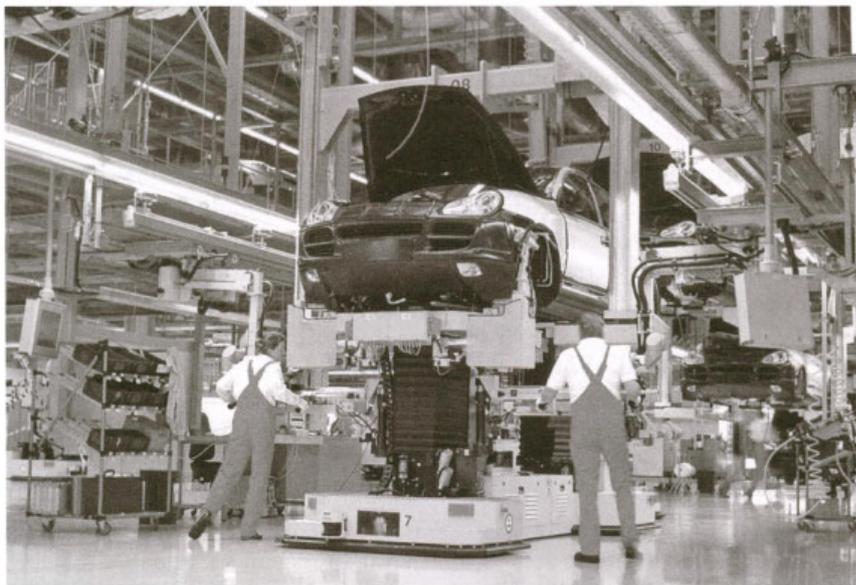
Formas de exploração do trabalho em turnos

As montadoras de automóveis ainda praticam jornadas de turno superiores as 36 horas semanais, desrespeitando a Constituição Federal

HÉLIO SOARES

Os patrões até hoje vivem incomodados com as conquistas alcançadas pelos trabalhadores na Constituição de 1988. Ainda que bastante dilapidada pelos defensores do neoliberalismo, os patrões ainda estão inconformados e insistem em continuar na sua descaracterização como instrumento de proteção a sociedade e aos trabalhadores.

Desde os primórdios do século XIX, os trabalhadores travam grandes batalhas para reduzir a jornada de trabalho e continuam, na atualidade, com os mesmos objetivos de garantir mais lazer, saúde e, naturalmente, uma qualidade de vida mais digna, além da possibilidade de proporcionar o crescimento no nível de emprego. É verdade que em vários



Divulgação

momentos foi possível avançar neste terreno, sempre com o sacrifício de muitas vidas.

TRABALHADOR EM TURNO

No Brasil, a conquista mais recente se deu com a promulgação da Constituição de 1988, que reduziu de 48 para 44 horas semanais a jornada de trabalho e ainda estabeleceu a jornada de 36 horas semanais para o trabalhador de turno. No caso dos que laboram em turnos, essas mudanças garantiram uma jornada que permite compensar seu esforço e seu desgaste orgânico e psicológico por sua atividade diferenciada da maioria dos trabalhadores.

O artigo 7º do capítulo II da Constituição lista os “direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social” e

não podemos admitir defecções, manipulações e iniciativas para jogar na lata do lixo essa conquista histórica. Seu inciso XIV garante a “jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva”.

Ao sindicalismo coube e caberá sempre a defesa da implantação destas conquistas e esta tem sido a posição da categoria metalúrgica do Estado da Bahia. No presente, o movimento sindical brasileiro tem feito campanhas pela redução da jornada para 40 horas sem redução de salário. A batalha está em curso e é preciso ampla mobilização das massas trabalhadoras para se alcançar uma vitória de tamanho vulto.

No entanto, penso ser indispensável uma maior preocupação do sindicalismo com a implemen-

■ A legislação estabelece que a jornada de turno é de seis horas, salvo negociação coletiva; mas muitas empresas burlam a lei

tação da jornada de trabalho de turno de 36 horas. É certo que uma parcela de trabalhadores já se encontra beneficiada pela aplicação de regras negociadas entre sindicatos e empresas. Mas, por outro lado, grandes conglomerados, com altos níveis de emprego, como as montadoras de automóveis, ainda praticam jornadas de turno superiores a 36 horas. Uma adequação da jornada nestes setores poderia ser uma alavanca para crescimento do emprego em nosso país.

AMPLIAÇÃO DA MAIS-VALIA

As empresas utilizam vários artifícios para desprestigiar a jornada de trabalho de turno de seis horas e para ampliar a mais-valia. Até certo ponto, a falta de conhecimento de muitos e até mesmo alguns interesses corporativos, têm resultado em prejuízos para os que laboram em turnos. A legislação estabelece que a jornada é de seis horas, salvo negociação coletiva. Mas muitas empresas burlam a lei. Como isto ocorre e como as empresas ampliam a mais-valia? Vamos analisar os procedimentos

rotineiros praticados pelas empresas.

Concebamos a hipotética empresa Vantagem S.A. O trabalhador, ao ser contratado por essa empresa imaginária, tem estabelecidos o seu salário e a sua jornada de trabalho. No caso, trataremos dos profissionais contratados para trabalhar em turno e que foram designados a exercer suas funções como operadores com uma jornada de 44 horas semanais - para essa jornada, o divisor é de 220 horas. A Constituição de 1988 diz que a jornada é de seis horas diárias, ou seja, 36 horas semanais. Portanto o divisor de horas seria 180. Esta alquimia matemática, de 220 e 180 horas, é usada pelas empresas para levar vantagem sobre o trabalhador.

Explicando melhor, o trabalhador da Vantagem S.A. foi contratado para trabalhar em turno, com jornada semanal de 44 horas e com o divisor de 220, jornada essa que contraria o que está consagrado na Constituição. A forma de contratação correta seria estabelecer a jornada de 36 horas e

o divisor de 180. Agindo assim, a Vantagem passa a prejudicar o profissional.

Contratado para trabalhar em turno com salário de R\$ 1.000,00 e divisor de horas de 220, com jornada de 44 horas semanais ele receberá por hora trabalhada R\$ 4,54. O mesmo trabalhador, recebendo salário idêntico, cumprindo jornada de 6 horas diárias, equivalente a 36 horas semanais, com o divisor de horas de 180, como estabelece a lei, receberia R\$ 5,55 por hora trabalhada. Essa manipulação gera uma diferença pelo trabalho excedente a favor da Vantagem de 22,21%, que não é pago ao trabalhador.

Esta manipulação do divisor de horas é usada de forma sutil e criou inclusive o argumento de que os profissionais trabalham em turno fixo e que não revezam, aberração desprovida de qualquer amparo legal, e que existe apenas nas cabeças de quem quer aumentar os lucros e a exploração, como é o caso da nossa empresa imaginária.

Apenas lembrando, turno é a divisão de horários. Portanto em 24 horas podemos encontrar vários turnos e todos eles terão sempre o mesmo horário. Por exemplo, o turno de 16 horas será sempre 16 horas de cada dia, ou seja, horário fixo. O que as empresas reais, a exemplo da imaginária Vantagem, não querem entender é que quem reveza é o trabalho, simbolizado na legislação pelo trabalhador. Enquanto essa prática permanecer, os trabalhadores padecerão sob o aumento desmesurado da mais-valia.

Hélio Soares é diretor administrativo da Federação dos Metalúrgicos da Bahia e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Candeias

Divulgação





Antônio Milene/Abbr - Fábrica da Honda

O desafio da organização de base

Os sindicatos necessitam de raízes mais profundas no local onde os trabalhadores sentem mais intensamente as contradições entre o capital e o trabalho

O primeiro desafio, fundamental para a sobrevivência dos sindicatos, é romper

AUGUSTO PETTA

Desde o início da década de 90, com o brutal ataque do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e das novas técnicas gerenciais, o movimento sindical brasileiro vive uma profunda crise. A classe trabalhadora é castigada pelo desemprego estrutural e massivo, pela precarização e pela supressão de direitos. Esta crise manifesta-se pela redução do índice de sindicalização, diminuição do número de greves, incapacidade de enfrentar os ataques patronais pela retirada de direitos e distanciamento entre as cúpulas e as bases do movimento sindical. Além dos fatores objetivos relacionados à reestruturação produtiva e às novas técnicas gerenciais, a crise do sindicalismo encontra sua explicação em fatores subjetivos com a crise de direção que reflete o enfraquecimento das idéias socialistas. Verifica-se uma consciência de classe ainda pouco desenvolvida.

Trata-se, portanto, de uma crise de graves proporções e longa duração. Em artigos anteriores na *Debate Sindical*, apresentamos sugestões relativas à formação política e sindical, à democracia nas entidades e às campanhas salariais, na perspectiva de contribuir para a superação da crise. O objetivo deste artigo é o de caracterizar, de maneira sucinta, as manifestações desta crise e demonstrar a importância da organização de base.

“ESTÁVEIS” E DESEMPREGADOS

Segundo Ricardo Antunes, na sua obra *Os sentidos do trabalho*, “o primeiro desafio, fundamental para

A frágil e precária organização na base facilitou a implantação de um governo ilegítimo e ilegal em 1964

a própria sobrevivência dos sindicatos, será romper a enorme barreira social que separa os trabalhadores ‘estáveis’, em franco processo de redução, dos trabalhadores em tempo parcial, precarizados, subproletarizados, em significativa expansão no atual cenário mundial”.

Não podemos admitir a exclusão do trabalhador da sua condição de sindicalizado porque ele foi demitido pelos empresários. Neste sentido, é necessário que os

trabalhadores de todos os níveis sejam organizados, em seu conjunto, pelos sindicatos, incluindo-se os desempregados. Ou a organização ocorre enquanto classe trabalhadora em seu conjunto, ou os sindicatos se restringirão a representar uma parcela cada vez menor de trabalhadores.

Para os “estáveis”, o processo de sindicalização, ao mesmo tempo em que abre condições para a aproximação do trabalhador em relação à sua entidade sindical, fortalece o sindicato, que passa a ter maior força e representatividade diante do patronato. Se os sindicatos não acolherem os desempregados e precarizados e tiverem um contingente pequeno de sindicalizados, a sua representatividade será ainda menor.

Fabio Pozzebom/ABr



Professores fazem marcha em Brasília por aumento do piso salarial

a barreira que separa os “estáveis” dos desempregados e precarizados

INVESTIR NA UNIDADE

Outra forte tendência do sindicalismo atual é a de privilegiar apenas as categorias profissionais isoladamente, abandonando a inserção da entidade na luta mais geral da classe. Desta forma, os sindicatos de trabalhadores agem de acordo com os interesses do capital, que cultiva as saídas individuais, corporativas, contra os interesses sociais e coletivos. Não é por acaso que a organização sindical no Brasil, desde o governo Vargas, não admite a fundação de centrais.

Entendemos que os sindicatos devem participar ativamente das lutas em defesa da sua categoria, do seu ramo de atividade e das lutas mais gerais dos trabalhadores. Devemos trabalhar para fortalecer a CUT e a Coordenação dos Movimentos Sociais (que envolve a CUT, o MST, a UNE e muitas outras entidades democráticas e populares).

É evidente que, com o aumento do número de desempregados, a organização sindical é fortemente atingida. Os trabalhadores buscam saídas individuais para manter o emprego. Verifica-se um

Verifica-se um perigoso distanciamento das bases em relação aos sindicatos e uma tendência à burocratização das direções das entidades

distanciamento das bases em relação às direções sindicais. O número de greves diminui. A mobilização torna-se mais difícil. Observa-se a tendência à burocratização dos sindicatos e ao aumento de conflitos internos entre os dirigentes sindicais. Torna-se necessário cada vez mais aprofundar a análise desta crise para encontrar meios de superá-la.

Ressalta-se aqui a necessidade da luta por um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho e distribuição de renda. Este projeto aplicado possibilitará melhores condições para a mobilização destes trabalhadores rumo à construção de uma sociedade justa e democrática. O aumento significativo do número de postos de trabalho – uma das características fundamentais do projeto de desenvolvimento – certamente dará novo alento ao movimento sindical classista, com grandes mobilizações de categorias e dos trabalhadores em geral.

RAÍZES MAIS PROFUNDAS

Como observamos, a crise é profunda e as saídas necessitam de muito estudo, criatividade e luta. O desafio é organizar e mobilizar os trabalhadores nesta conjuntura. É fundamental que os sindicatos tenham raízes mais profundas, que as bases estejam organizadas. Exatamente onde os trabalhadores vivem mais intensamente a contradição capital/trabalho, não estão construídas organizações por local de trabalho que possibilitem a luta conseqüente contra a exploração.

As bases organizadas permitem alavancar o movimento sindical na luta econômica por melhores

salários e condições de trabalho, na luta política por transformações significativas na estrutura do poder e, por decorrência, na construção da democracia, e na luta ideológica do enfrentamento às idéias das classes dominantes tão presentes na mídia que nos agride forte e constantemente.

Quando analisamos o golpe militar de 1964 no Brasil, observamos nitidamente a importância da organização da base. Foram, exatamente, as condições precárias de organização que permitiram a implantação de um governo ilegítimo e ilegal, sem quem houvesse uma reação eficaz da classe trabalhadora. A conjuntura política teria sido outra se o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os demais movimentos sociais tivessem como sustentação das posições assumidas, organizações fortes e combativas nas bases. Na próxima edição apresentaremos propostas concretas para enfrentar o desafio da organização de base.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, Giovanni. *Limites do sindicalismo*. Editora Práxis, 2003, São Paulo;
- Alves, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. Boitempo Editorial, 2000, São Paulo;
- Antunes, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Boitempo Editorial, 2001, São Paulo;
- Borges, Altamiro. *Como nascem e atuam as comissões de fábrica*. Debate Sindical número 4, 1988, São Paulo;
- Sennett, Richard. *A corrosão do caráter*. Editora Record, 1999, Rio de Janeiro.

Augusto Petta é coordenador do Centro de Estudos Sindicais e diretor do Sindicato dos Professores de Campinas

Mutirão em defesa do trabalhador em Brasília

Do mesmo modo que o governo e o Congresso definiram uma agenda para destravar a economia e para retomar o crescimento, além de aprovarem leis de interesse dos empresários, como a MP do Bem, a Lei de Falência e a Lei Geral das Pequenas e Microempresas – seria interessante que fosse também priorizada uma agenda positiva para os trabalhadores e servidores públicos.

Fariam muito bem o presidente da Câmara e o presidente da República, ambos de origem sindical, se aceitassem a proposta do deputado Paulinho da Força (PDT/SP) de organizar um mutirão do trabalhador e do servidor público em 2007, pautando uma série de projetos de lei que se arrastam no Congresso desde a Constituição de 1988.

DISTORÇÕES NO TRABALHO

São projetos que regulamentam dispositivos constitucionais ou corrigem distorções nas relações de trabalho no setor público e na iniciativa privada. A título de ilustração dessa agenda, lembraria os projetos de lei sobre:

a) proteção do trabalhador em face da automação; b) proibição da despedida imotivada ou arbitrária; c) redução da jornada de trabalho sem redução salarial; d) combate ao assédio moral; e) proteção do

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ



Projetos de interesse dos trabalhadores se arrastam no Congresso Nacional

salário, constituindo crime a retenção dolosa; f) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; g) fim do trabalho aos domingos; h) regulamentação do adicional de penosidade; i) tratamento isonômico entre terceirizados e os trabalhadores da empresa onde prestam serviços; j) aposentadoria especial, política salarial, ascensão funcional, direito de greve e de negociação do servidor público.

MENOR FATIA NA RENDA

Historicamente, a participação do salário na renda nacional vem sendo reduzida de forma assustadora, a ponto de ter caído de 62%, em 1964, para algo próximo de 30%, em 2006. O salário tem perdido espaço para os aluguéis, a renda do exterior e, principalmente, para os lucros e juros, que abocanham a maior fatia da renda nacional. E só três fatores

interferem em sua distribuição: as decisões de governo, de mercado e os fenômenos naturais. Como os trabalhadores não controlam o mercado nem os fenômenos naturais, restam apenas as decisões de governo.

Nos últimos tempos, os trabalhadores e servidores públicos têm sido a variável de ajustes, especialmente na era FHC – que flexibilizou direitos dos primeiros e suprimiu conquistas dos segundos. O presidente Lula, que ainda não reparou essas injustiças, precisa agir, senão restabelecendo as vantagens subtraídas, pelo menos regulamentando os dispositivos constitucionais, cuja implementação depende da aprovação de lei pelo Congresso Nacional.

MOMENTO CERTO

O momento é este. O governo tem sustentação política, a inflação está sob controle, a economia está pronta para crescer, os banqueiros estão com as “burras cheias” e está havendo desoneração do setor produtivo. Os aumentos de custos decorrentes da aprovação desses projetos são irrelevantes para as empresas e o governo e estas medidas são justas, necessárias e oportunas.

Os presidentes da Câmara e da República precisam incluir os trabalhadores e servidores entre os beneficiários do crescimento do país para fazer justiça àqueles que, como sindicalista, eles já tiveram a honra de representar.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)



Marcello Casal Jr/ABr

Manifestantes na avenida Paulista comemoram o Dia Internacional das Mulheres e protestam contra a visita de George W. Bush, ao Brasil

Tendência antiimperialista se afirma na América Latina

RONALDO CARMONA

Os primeiros meses de 2007 confirmam os movimentos favoráveis ao prosseguimento de uma onda nacional e patriótica, progressista e antiimperialista na América Latina, após os treze meses anteriores – entre novembro de 2005 e dezembro de 2006 – terem registrado quatorze eleições nacionais na região que apresentaram um resultado, no geral, favorável às forças mais à esquerda.

Ainda que em distintos ritmos e velocidades, a marca do atual ciclo progressista na região é a busca de brechas que contestem o neoliberalismo

Ainda que em distintos ritmos e velocidades – como é natural por se tratarem de distintas formações sociais e alcances estratégicos distintos das forças novas que as conduzem –, a marca do atual ciclo progressista é a busca de brechas que contestem o pensamento hegemônico do capitalismo contemporâneo, o neoliberalismo; no aprofundamento da democracia; na conquista de direitos pelas maiorias nacionais. São sentidos comuns que motivam os distintos governos que vão do

A *questão* nacional é a marca central dos governos progressistas da América

centro para a esquerda. Numa palavra, a busca de recomposição da soberania e da independência, tendo como núcleo a *questão* ou o *problema* nacional, é a marca central dos governos progressistas neste novo e promissor período histórico na região.

Esse esforço para conformar projetos nacionais de desenvolvimento confirma-se nos principais movimentos na região neste primeiro trimestre de 2007:

- a) No saldo da visita de George Bush a cinco países latino-americanos em março;
- b) Em passos novos no Mercosul e na Comunidade Sul-americana de Nações e, na seqüência, em

movimentações do Brasil para enfrentar o entrave das assimetrias, tema chave para a aceleração da integração sul-americana;

- c) Na ofensiva de Hugo Chávez no âmbito de seu projeto da Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas).

AMPLO REPÚDIO A BUSH

Durante os cinco dias em que visitou cinco países (Brasil, Uruguai, Colômbia, Guatemala e México), toda a América Latina e, em especial, os países visitados se coalharam de protestos e manifestações – reflexo do acentuado declínio da influência estadunidense na região. O

objetivo da visita foi inaugurar uma espécie de *fase dois* na reação imperialista à ascensão das forças progressistas na região. O resultado foi píffio, com a desmoralização “pacote” de ajuda anunciado às vésperas da viagem, que incluía, como fatos concretos, a visita de um navio-hospital do Exército e cursos de inglês para jovens nos Estados Unidos.

Na recente visita a cinco países da região, George Bush tentou se utilizar da agenda econômica como pretexto ou como anzol para atrair aliados

Marcello Casal Jr/ABr



Latina neste novo e promissor período histórico na região

Nem nos três países governados por forças à direita, pode-se dizer, a música soou bem aos ouvidos do visitante. No México, o conservador Felipe Calderón dava entrevistas a jornais dizendo que não se prestaria ao papel de “aríete” dos EUA na região e, junto a Bush, reclamou da construção do muro na fronteira dos dois países para conter a imigração latina. Na Guatemala, Bush se encontrou com um presidente, como ele, em final de mandato (há eleições presidenciais no país este ano, onde a esquerda tem boas chances) e os indígenas maias realizaram uma pajelança para purificar o santuário visitado pelo indesejado gringo. Mesmo na Colômbia, apesar da docilidade indigna de Álvaro Uribe, ficou no ar o mal-estar pelo escândalo, que acabara de vir à tona, da presença de terroristas paramilitares na base de governo do presidente colombiano.

Brasil e Uruguai são casos à parte, por se tratarem de dois países com governos de centro-esquerda. Note-se que em ambos os EUA se utilizaram de uma agenda “econômica” como pretexto ou como anzol, tendo em vista a falta de identidade política com estes governos. Assim, a partir do interesse nacional comum aos dois países (e, pode-se dizer, do conjunto dos países governados por forças progressistas) de impulsionar o crescimento econômico – e a própria constituição de um projeto de desenvolvimento nacional –, Bush buscou vender seu peixe.

No Brasil, utilizou-se do correto entusiasmo nacional gerado pelas amplas potencialidades estratégicas para o país representadas pela constituição do

mercado mundial de biocombustíveis – que pode fazer do país um importante ator energético em alguns anos – para, de forma ríspida, negar-se em entrevista com Lula a mexer na combinação de altos subsídios com forte protecionismo – o que cria enormes obstáculos à parceria com os EUA no assunto.

A postura do presidente Lula e da chancelaria na recepção a George Bush foi correta. Buscou-se algum acordo (que atende ao nosso interesse nacional) no tema biocombustíveis e etanol; para isto cobrou-se publicamente a redução dos subsídios e do protecionismo à agricultura; e defendeu-se que a Rodada de Doha seja equilibrada para os países em desenvolvimento e não instrumento que prolongue a atual ordem mundial. No plano político, destaque-se, Lula observou que o Brasil “respeita as opções políticas e econômicas de cada país”, não dando espaço para críticas à Venezuela ou qualquer outro país da região.

No caso do Uruguai, a maioria de sua burguesia defende a tese de que o país só poderia se desenvolver firmando acordos com os países centrais, à parte do

Mercosul. Um enorme equívoco, basta ver a história econômica recente ou a atual negociação da Rodada de Doha da OMC, nas quais os ricos buscam impor a segunda rodada da agenda neoliberal aos países em desenvolvimento enquanto preservam a atual ordem internacional marcada pela forte assimetria norte-sul.

OBSTÁCULOS À INTEGRAÇÃO

Não por acaso, o Brasil, grande interessado estrategicamente na integração e na conformação de um pólo sul-americano, mexe-se. Dias antes de Bush, Lula desembarcou no Uruguai com um importante pacote de cooperação na bagagem, que incluía um ensaio para a integração da cadeia produtiva uruguaia à brasileira. Antes, o Brasil realizou mudanças técnicas no contrato da usina binacional de Itaipu visando aumentar repasses em várias dezenas de milhões de dólares ao Paraguai. E com a Bolívia aceitou-se um reajuste nos preços (subvalorizados) na compra do gás, o qual ao mesmo tempo em que aporta milhões de dólares adicionais à Bolívia, estabiliza o fluxo de hidrocarbonetos ao parque industrial brasileiro.

A isto se junta a positiva reunião dos chefes de Estado do Mercosul em janeiro, no Rio – que por sua vez, soma-se a importante reunião da Comunidade Sul-Americana das Nações (Casa), em Cochabamba, em dezembro. Quanto ao Mercosul, a despeito da má vontade (ideológica) da grande imprensa, a reunião teve avanços na incorporação da Venezuela e agora da Bolívia ao bloco, na

A despeito da má vontade da mídia, Mercosul avança com a incorporação da Venezuela e Bolívia, o gasoduto sul-americano e o Banco do Sul



Ricardo Stuckert/PR

formatação do Gasoduto sul-americano e na constituição do instrumento de financiamento da integração, o Banco do Sul.

O Banco do Sul, se consumado, seria um fundo composto por uma pequena parte (10%) das reservas em divisas dos países-membros, mas que no conjunto possibilitaria direcionar algo como 15 bilhões de dólares para o financiamento da integração – financiando obras como o Gasoduto. Registre-se aqui a adesão do Brasil, que parece ter mudado a posição anterior de bloquear nossa participação, então a pedido do Ministério da Fazenda.

ALBA DE CHÁVEZ AVANÇA

Por fim, um terceiro fato a registrar, é o prosseguimento da ofensiva do presidente venezuelano Hugo Chávez em promover a sua Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas). Ela tem como motor a PDVSA (estatal petrolífera da Venezuela), a partir de duas subsidiárias (PetroCaribe e PetroAndina), base material por onde se move a política externa do país, essencialmente antiimperialista. Junto com o fornecimento de petróleo subsidiado ou na forma de

escambo, a Alba promove relações que, em certos casos, podem ser definidas como “não-capitalistas”.

Este plano tem sido um importante fato de solidariedade, em especial em tempos de alta do petróleo. Países como a Nicarágua, que até poucos meses vivia cerca de quatro horas de “apagão” diário, passam a ter na Alba uma importante base de apoio. É nucleada pela cooperação Venezuela-Cuba (que a fez surgir em 2004), com adesões sucessivamente da Bolívia, Nicarágua e de pequenas ilhas do Caribe como Domenica, São Vicente e Granadina e Antigua e Barbuda. Também em nome da Alba, a Venezuela faz investimentos no Equador e na Argentina, neste caso, num bilionário mutuamente proveitoso investimento em papéis da dívida.

A *tournee* de Hugo Chávez em paralelo à de George Bush teve papel de agitação antiimperialista, passando por cinco países (Argentina, Bolívia, Nicarágua, Jamaica e Haiti). No encaço do “diablo”, em seu peculiar e popular modo e estilo, Hugo Chávez promoveu importante papel de denúncia política da visita de Bush.

OS NOVOS PASSOS

Os primeiros movimentos de 2007 apontam para o prosseguimento da tendência com caráter nacional e antiimperialista na América Latina. A despeito dos desejos tanto do imperialismo e do *establishment* neoliberal, quanto do “esquerdismo”, são movimentos, no geral, convergentes.

Aliás, defendemos que leituras que enfatizam as diferenças – como pressuposto – guardam em si forte carga de *eurocentrismo*, no sentido de que não buscam enxergar os novos fenômenos em curso na América Latina. São leituras preconcebidas segundo estereótipos.

O momento é de aprofundar a integração latina e sul-americana, base para ensejar transições não-neoliberais que crescentemente aproximem o atual quadro de forças da região dos desafios que rumem ao *novo socialismo*, que dá sinais de vitalidade na conjuntura regional.

Ronaldo Carmona é sociólogo e diretor do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e de Luta pela Paz (Cebrapaz)



Movimentos sociais fazem manifestação contra os monopólios de comunicação em frente ao prédio da Rede Globo, em Brasília

Fabio Poczek/ABR

O papel da mídia no Brasil

VENÍCIO DE LIMA

A existência de um sistema nacional consolidado de comunicações é um pressuposto para se falar na *centralidade* da mídia (sobretudo da eletrônica). Até relativamente pouco tempo, o Brasil não dispunha de uma mídia de alcance nacional. Embora a imprensa exista entre nós desde o século XIX e o cinema e o rádio desde a primeira metade do século XX, por peculiaridades geográficas e históricas, só se pode falar em uma mídia nacional a partir do surgimento das redes de televisão e isto já no início da década de 70 do século passado, portanto, há menos de 40 anos.

Do ponto de vista político, o papel central da mídia, em

A mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular, a esfera da política

particular da televisão, foi inicialmente reconhecido pelo Estado militar durante os anos de ditadura. Foram os militares e seus aliados civis – por razões, em primeiro lugar, de segurança

nacional, e de mercado, em segundo – que construíram a infraestrutura física indispensável à consolidação de uma mídia nacional. E foram também eles que primeiro fizeram uso político dela, não só com o recurso generalizado à censura, mas, sobretudo, com a cooptação de alguns dos principais grupos de mídia privada do país, alguns deles consolidados durante o próprio período militar.

MANIPULAÇÃO DA POLÍTICA

A maioria das sociedades urbanas contemporâneas pode ser considerada como “centrada na mídia” uma vez que a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da

O papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo

atividade humana não seria possível sem ela.

Um bom exemplo dessa *centralidade* é o seu papel crescente na socialização e, em particular, na socialização política. A socialização é um processo contínuo que vai da infância à velhice e é através dele que o indivíduo internaliza a cultura de seu grupo e interioriza as normas sociais. Uma comparação da importância histórica de diferentes instituições no processo de socialização revela que, nas últimas décadas, instituições tradicionais como a família, as igrejas e a escola vêm sistematicamente perdendo força e espaço para a mídia.

O papel mais importante que a mídia desempenha, todavia, decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da

realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito) etc. – e, em particular, da política e dos políticos. É através da mídia que a política é construída simbolicamente e adquire um significado. E ela se transformou, também, no principal espaço público onde ocorre a disputa ideológica e político-partidária.

A política nos regimes democráticos liberais deveria ser uma atividade eminentemente pública e visível. E é a mídia – e somente ela – que tem o poder de definir o que é público no mundo contemporâneo.

Na verdade, a própria idéia do que constitui um “evento público”

se transforma historicamente a partir da existência da mídia. Um “evento público” implicava em compartilhamento de um lugar/espaço comum; co-presença; visão, audição, aparência visual, palavra falada; diálogo. Com o desenvolvimento das tecnologias e instituições de mídia, um evento para ser “público” não está mais limitado à partilha de um lugar comum. O “público” pode estar distante no tempo e no espaço. Dessa forma, a mídia suplementa a forma tradicional de constituição

A mídia privada comercial sempre teve estreitos vínculos com as oligarquias regionais e se constituiu, ela própria, em importante ator político



prazo que ela tem na construção da realidade

do “público”, mas também a estende, transforma e substitui. O “público” agora é midiático.

Essa nova situação provoca consequências imediatas tanto para os políticos profissionais quanto para a prática da política. Isso porque (a) os atores políticos têm que disputar visibilidade na mídia; e (b) os diferentes campos políticos têm que disputar visibilidade favorável de seu ponto de vista.

SUBSTITUIÇÃO DOS PARTIDOS

A mídia está exercendo vários dos papéis tradicionalmente atribuídos aos partidos políticos. Isso não significa que os partidos estejam sendo substituídos ou excluídos pela mídia, mas sim que eles estão sendo suplantados por ela em muitas de suas tarefas tradicionais.

No Brasil, existe razoável consenso sobre a histórica inexistência de uma tradição partidária consolidada. Torna-se, assim, mais fácil o exercício pela mídia de algumas das funções dos partidos, como por exemplo: construir a agenda pública; gerar e transmitir informações políticas; fiscalizar ações de governo; exercer a crítica das políticas públicas e

canalizar demandas da população.

Muitas concessionárias de rádio e televisão brasileiras se caracterizam por exercer o papel de canalizadoras de demandas populares através de programas comandados por “comunicadores”, alguns dos quais, têm se transformado, com sucesso, em políticos profissionais exercendo mandatos nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, no Congresso Nacional e ocupando cargos eletivos no Poder Executivo.

Além disso, a mídia privada comercial dominante no Brasil sempre teve estreitos vínculos com as oligarquias políticas regionais e locais e se constituiu, ela própria, em importante ator político, com atuação direta em vários momentos decisivos da nossa história política.

A ocupação de um imenso espaço institucional pela mídia é uma das causas da crise que muitos partidos enfrentam nas democracias liberais modernas. Atribui-se também à preferência da mídia pela cobertura jornalística dos candidatos e não dos partidos nos processos eleitorais, uma crescente “personalização” da política que estaria sendo representada como uma disputa entre pessoas (políticos) e não entre propostas políticas alternativas (partidos). Desta forma, o espaço de atuação partidária diminui cada vez mais.

E, finalmente, é preciso registrar que nos últimos anos a grande mídia privada comercial brasileira tem também desempenhado um papel que deveria ser exclusivo do Poder Judiciário. Ao praticar o denunciamento vazio e fazer a

As novas tecnologias de comunicação, como a internet e a TV Digital, representam uma oportunidade de ruptura com os oligopólios da mídia

cobertura das crises políticas dentro de um enquadramento dominado pela presunção de culpa – e não pela presunção de inocência como manda a Constituição – ela tem acusado, julgado e condenado publicamente tanto pessoas como instituições.

SISTEMAS ALTERNATIVOS

Apesar de tudo isso, o poder que a centralidade social da mídia lhe confere não é absoluto e uma sociedade civil organizada pode enfrentá-lo como, aliás, tem sido capaz de fazer em diferentes ocasiões ao longo dos anos. Novas tecnologias de comunicação – como a internet e a TV Digital – representam potencialmente uma oportunidade de ruptura com a unidirecionalidade dos oligopólios da mídia privada, cada vez mais concentrada e internacionalizada.

Cresce, portanto, a importância e a urgência da construção de um sistema alternativo de mídia no Brasil que contemple os interesses da maioria da população. Um sistema público que tenha a diversidade e a pluralidade que a mídia privada comercial não consegue oferecer e que avance efetivamente na democratização da comunicação entre nós.

É através da mídia que a política é construída simbolicamente e adquire significado; ela se tornou o principal espaço da disputa ideológica

Venício A. de Lima é sociólogo e jornalista, diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e autor, dentre outros livros, de “Mídia: crise política e poder no Brasil”, Editora Fundação Perseu Abramo, 2006

Qual o papel da imprensa



Diante das manipulações da mídia burguesa, movimentos sociais devem investir pesado na sua comunicação com a base de milhões de trabalhadores

VITO GIANNOTTI

A tarefa da esquerda e dos movimentos sociais no Brasil é lutar para mudar uma estrutura social secularmente injusta. Os sindicatos estão neste campo de luta. Eles são, mundialmente e há séculos, o principal movimento social organizado da sociedade. Sempre foram vistos como organismos de esquerda, de contestação e mudança. Obviamente, sabemos que na história, em diferentes países do mundo, muitos deixaram de cumprir sua missão e viraram órgãos de colaboração de classe e de manutenção do sistema capitalista. Clássico é o exemplo de boa parte da história do sindicalismo dos EUA.

No Brasil, há sindicatos que nasceram e vivem sem nada ter a ver a com esquerda. Eles são aparelhos burocrático-assistencialistas que estão distantes da luta de classe e das próprias

Divulgação

sindical hoje?

lutas imediatas das suas categorias. Estes sindicatos pouco se preocupam com a comunicação com seus trabalhadores. Até a utilizam, mas para informar os descontos, a agenda da colônia de férias, os convênios e o andamento de algumas ações na justiça. Jamais eles encaram a comunicação como instrumento daquilo que falávamos no primeiro parágrafo: a transformação social.

Por outro lado, há sindicatos que aliam em seus instrumentos de comunicação a luta pelos interesses imediatos da classe com a luta pelos interesses históricos. Para este segundo grupo podemos perguntar: qual o papel da mídia dos sindicatos que se colocam no campo da esquerda? Quais os desafios, hoje, da comunicação destes sindicatos? É o mesmo de ontem e será o mesmo amanhã?

Para o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), o desafio continua sendo o de informar e formar politicamente os trabalhadores para lhes dar instrumentos para lutar melhor por suas reivindicações históricas, isto é uma sociedade sem exploração dos trabalhadores. Não há modismos e invenções modernas a serem feitas. Este desafio só mudará quando os trabalhadores tiverem conseguido ser a força hegemônica na sociedade. Quando tiverem mudado a sociedade capitalista na qual vivem e atuam.

O QUE DEVE MUDAR?

Claro que as modalidades deste desafio mudam. Há cem anos, quando começou a industrialização no Brasil, o único instrumento de comunicação, além da voz e do

contato pessoal, era a imprensa. Daí o grande número de jornais operários, na sua maioria anarquistas, que apareceram naquela época. Fala-se em mais de 500 jornais.

Depois de 1922, com a criação do Partido Comunista, nasceram muitos novos jornais e revistas a serviço da luta e da organização da classe. O fato mais significativo desta época de ouro da imprensa comunista é representado pelos oito jornais do partido que existiram em 1946. Em todas as grandes capitais havia um jornal do partido.

Dos anos 30 a 60, quando foram introduzidos o rádio e a televisão, a burguesia sempre cuidou de não permitir que a esquerda possuísse e usasse estes poderosíssimos instrumentos de comunicação de massa. Até hoje, a imprensa é o grande instrumento de comunicação dos sindicatos. Mas será que deve continuar assim? No século XXI, há novas tecnologias e novos veículos que precisam ser conquistados pelos trabalhadores e seus sindicatos.

! A visão hegemônica da mídia aceita como natural, sem sinais de indignação, a estrutura injusta da sociedade com a pior distribuição de riqueza do mundo

Nos últimos 25 anos, saímos de uma ditadura militar, fizemos milhares de greves e construímos centrais sindicais e partidos de esquerda. Organizamos fortes movimentos sociais, elegemos vereadores, deputados, senadores, governadores e até presidente da República. Mas não conseguimos construir uma comunicação alternativa capaz de atingir milhões. Não criamos nosso sistema de mídia. Nosso, dos trabalhadores, da esquerda como um todo.

Alguns nos limitamos a xingar a santíssima trindade da direita, o verdadeiro partido da burguesia representado pela *Globo*, *Folha* e *Veja*. Outros se limitaram a mendigar a simpatia e um espaçozinho desses senhores da mídia, imaginado que esses inimigos de classe poderiam ficar mansos se nós, também, nos mostrássemos mansos.

Como avançávamos em nossas lutas, enquanto no velho mundo elas refluíam, talvez a esquerda brasileira tenha tido a ilusão de que era mais forte do que realmente era. Quando o tacape neoliberal se abateu sobre a cabeça dos trabalhadores, retirando empregos e direitos, nos pegou desprevenidos e não conseguimos enfrentar a propaganda ideológica que foi feita. Vide o tratamento dispensado às estatais e aos servidores públicos transformados em responsáveis por todas as mazelas do país.

E não parou mais. Para além dos votos na eleição presidencial, a ideologia dominante mantém sua hegemonia que lhe permite vencer um plebiscito sobre o desarmamento, como um eventual sobre a pena de morte. A visão hegemônica continua associando pobre a bandido e assim se justifica qualquer chacina contra os

O sindicalismo ainda não conseguiu construir uma comunicação alternativa capaz

moradores das periferias. Justificasse, até, o *caveirão*, o blindado da repressão policial carioca para matar os pobres e negros e garantir a continuidade do tráfico. Esta mesma visão hegemônica aceita como natural, sem sinais de indignação concreta, a estrutura profundamente injusta desta sociedade com a pior distribuição de riqueza do mundo.

ILUSÕES NA MÍDIA BURGUESA

No final de 2006, muitos começaram a refletir sobre as lições da eleição presidencial, sobre a queda das ilusões com a neutralidade e a imparcialidade da mídia. Qualquer criança entendeu que a *Folha*, *Estadão*, *Zero Hora*, *Veja*, *IstoÉ* e a *Globo* tem lado. O lado da classe deles. Todos estes veículos defendem os transgênicos, a Monsanto, o latifúndio, o modelo econômico exportador e um salário mínimo que continue mínimo.

Todos sempre são contra qualquer greve, apóiam a repressão a camelôs e facilmente se esqueceram do escândalo da loja Daslu, onde uma calça gins da

A eleição presidencial serviu para abalar as ilusões com a neutralidade e a imparcialidade da mídia e mostrou que ela tem sua opção de classe

Dolce e Gabbana custa R\$ 5.250,00. Todos apóiam o roubo das terras dos índios, todos se descabelam com o caos nas filas dos aeroportos muito mais que com o caos nos hospitais do Rio de Janeiro onde se tropeça, nos corredores, em cadáveres e pessoas ainda vivas.

A lição de 2006 foi muito rica. Muitos a aprenderam. Viram que as classes continuam existindo e a luta de classe continua existindo mais cruel do que nunca. Ela mostra sua cara, seja apoiando o *caveirão* para manter o controle sobre a classe trabalhadora nas favelas do Rio de Janeiro, seja apoiando o exército invasor de Bush no Iraque.

Logo lembramos da lição de Lênin, em 1901, no longo artigo intitulado "Por onde começar". Sua lição era clara: "O ponto de partida para a ação, o primeiro ponto para a criação da organização que desejamos (...) deve ser a criação de um jornal para toda a Rússia. Sem ele não será possível realizar o trabalho de propaganda e agitação". Essa é a lição do líder da primeira revolução proletária do século XX. Mas esta não é só uma lição comunista.

Já no Japão, no século passado, quando este país começava sua industrialização, a burguesia criou vários jornais. No editorial de um deles, criado em 1875, o *Johji Shimbun*, há uma frase extremamente esclarecedora sobre a importância que ela dava à difusão de suas idéias: "Um partido sem jornal é como um exército sem armas".

Deixando os exemplos internacionais podemos aprender com nossa história. No Brasil, em

1919, os anarquistas chegaram a criar dois jornais diários: *A Plebe*, no Rio de Janeiro, e *A Hora Social*, no Recife. Já falamos dos oito jornais diários do Partido Comunista, em 46. Lembremos a seqüência desta linha do tempo com os 150 jornais da imprensa alternativa dos anos da ditadura. Com o fim desta, a safra destes jornais alternativos parou.

Quem cumpriu o papel de mídia alternativa de 1980 a 2002 foi a imprensa sindical. A disputa contra-hegemônica, quando foi feita, aconteceu graças a ela. E não foi só através dos veículos escritos. Muitos sindicatos começaram experiências bem sucedidas com programas de rádio, de televisão e, ultimamente, através de páginas na *internet* e boletins eletrônicos.

Edição Especial
3941
Segunda a Quarta
30/4 a 2/5/2007

JORNAL
O BANCÁRIO

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DA BAHIA • CUT • FEBR-BA/SJ

■ 1º DE MAIO

Trabalhador, artista da luta

Sem perder a ternura jamais, a força motora do país faz da data um símbolo de resistência e conquista | Página 3

Congresso sábado com participação massiva | Página 4

Entrevista com Wagner Gomes | Página 2

Exposição

A cada dez minutos há uma exposição de fotos e vídeos de resistência em homenagem ao dia 1º de Maio, no Teatro Cultural. O tema é "1º de Maio: uma luta por justiça social".

Música

A banda de rock "Os 1000" apresenta o show "1000 Anos de Luta" no Teatro Cultural. O show é uma homenagem ao dia 1º de Maio.

Teatro

O grupo de teatro "Os 1000" apresenta o show "1000 Anos de Luta" no Teatro Cultural. O show é uma homenagem ao dia 1º de Maio.

www.bancariosbahia.org.br

de atingir milhões; não formou seu próprio sistema de mídia

O jornal sindical voltado para seu próprio umbigo não serve para quase nada; ele não faz a disputa de hegemonia com as idéias dominantes

Na batalha da informação, a imprensa sindical teve papel determinante. Foi nas suas páginas, sobretudo, que se combateu o projeto neoliberal implantado desde o governo Collor. Ela que tentou, e não conseguiu, se opor a avalanche das privatizações e de desmonte dos serviços públicos. Até 2002, a imprensa sindical combateu firmemente a destruição dos direitos pelo projeto neoliberal. Seis sindicatos cutistas chegaram a ter jornal diário.

SAÍDAS PARA O IMPASSE

Hoje, com o governo Lula, os sindicatos estão frente ao clássico dilema do que fazer com um governo que eles ajudaram a eleger e uma situação mundial que empurra este governo a aplicar as regras do jogo do Consenso de Washington, isto é, do FMI. Sobre a relação com esse tipo de governo, o lugar da discussão não é este. Mas, seja qual for a linha adotada, há uma série de atitudes a serem tomadas para convencer milhares e milhões desta escolha. Por isso enumeramos alguns pontos básicos de atuação dos sindicatos no domínio da comunicação:

- 1- Politizar a pauta dos nossos jornais, boletins eletrônicos ou programas de rádio ou TV. Um jornal voltado para seu próprio umbigo não serve para quase nada. Não faz disputa de hegemonia nenhuma;
- 2- Voltar a aumentar o volume, isto é, a frequência dos nossos jornais e programas. Qual a razão de um jornal sindical deixar de ser diário e passar a ser semanal ou quinzenal? Certamente não é por problemas econômicos;
- 3- Não ficar preso somente ao velho Gutenberg. Ao lado da imprensa é necessário fazer um grande movimento de massas pela democratização na distribuição dos canais de rádio e TV. Democratizar as chamadas, ironicamente, “concessões públicas”, que de público não têm nada. São propriedades absolutamente particulares. Privadíssimas. 2007 é o ano da renovação destas concessões. Quem disse que a Globo é intocável? Quem disse que a Record e o SBT são intocáveis? Mas sabemos que só com milhões nas ruas mudaremos este sistema de concessões que se parece com o velho sistema das sesmarias dadas de graça, pelo rei de Portugal, a seus donatários.
- 4- Enquanto isso, vamos usar e abusar da internet, das páginas e boletins eletrônicos;
- 5- E vamos abrir os olhos para avançar no uso do rádio, sob todas as formas: da rádio comunitária às rádios comerciais. Hoje quem melhor faz isso é o MST, que atinge mais de mil rádios diariamente.

É preciso que toda a esquerda e os sindicatos de esquerda avancem rapidamente, porque o inimigo é forte e sabe usar todas as armas. A



Charge de Marcio Baraldi para o jornal "Plataforma", do Sindicato dos Metroviários de São Paulo

“Um partido sem jornal é como um exército sem armas”, ensina o editorial de um jornal burguês do Japão do final do século XIX

luta de classe continua e ela se vence com força organizada e com o convencimento. Isto é, com uma comunicação que comunique e convença. É isso que nos ensina Gramsci quando diz que a hegemonia é o resultado da “coerção e do convencimento”. É lugar comum dizer que os sindicatos, nestes anos, estão em crise. Com certeza. Mas, para qualquer hipótese, os sindicatos precisam renovar sua comunicação. Estudar, aperfeiçoar, politizar e aumentar enormemente o seu poderio.

Vito Giannotti é escritor, ex-metalúrgico e membro da direção do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC)

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

A guerra do crescimento e os seus soldados

Os primeiros meses do segundo mandato de Lula vão nos ensinando as diferenças sensíveis que existem entre governo, partidos políticos e movimentos sociais, cada qual com seu papel.

Do ponto de vista do sindicalismo há a comemorar o empenho unitário que logrou vitórias importantes; tal empenho tem se manifestado em uma conjuntura favorável, com aumentos reais de salário e melhorias no emprego. Já partidos políticos ensaiam mudanças de nomes, de programas, de dirigentes, atentos aos solavancos que ocorrem na opinião pública. Experimentam as práticas de coalizão e de blocos e se preocupam mais consigo próprios que com os interesses da população.

SENTIDO DO PAC

Mas é no terreno do governo que as particularidades do momento se corporificam e adquirem dinâmica mais acelerada. Lula governa sem governo, ou, no mínimo, sem ministério, imprimindo o ritmo das necessidades mais prementes para o segundo mandato. As tarefas determinam a tarefa, que é uma e uma só, buscar o êxito das medidas governamentais (aquelas em que o governo atende à massa do eleitorado e aquelas em que atende à banca e aos ruralistas).

O Programa de Aceleração do



Os trabalhadores apóiam o PAC, mas querem corrigir suas distorções

Crescimento (PAC) é um conjunto de medidas que encarna esta dinâmica. Apresentado pelo governo sob a forma de propostas, projetos de lei, medidas provisórias e discursos, ele atraiu a atenção do Congresso Nacional e provocou mais de 700 emendas. De que forma o movimento sindical deve participar do esforço do PAC pelo desenvolvimento econômico, com distribuição de renda, criação de empregos e sustentabilidade?

APOIOS E FRANCA OPOSIÇÃO

Algumas medidas gozam de pleno apoio até mesmo porque foram negociadas previamente com as centrais sindicais unidas (salário mínimo e correção da tabela do IR); outras suscitam discussões capazes de garantir soluções técnicas que preservem os direitos e os interesses dos trabalhadores (a criação, por exemplo, do fundo de

investimento com recursos do FGTS); e outras merecem a franca oposição do sindicalismo, como a tentativa de limitar em 1,5% ao ano o aumento da folha salarial do funcionalismo federal e a imprudência de tentar proibir greves no setor público.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores apóiam o PAC como um “arranque” para o desenvolvimento econômico, eles percebem a necessidade de se corrigir dois preços do dinheiro que dificultam o PAC e o crescimento: os juros e o câmbio, já que a inflação está dominada. Mas, sobretudo, querem no PAC e no desenvolvimento a melhoria de suas condições de vida no sentido mais amplo possível.

O EXEMPLO DO ETANOL

Um exemplo recente e retumbante é o do etanol. Com tudo o que a vincula ao crescimento econômico e a sucessos materiais e financeiros, a produção brasileira de álcool não pode continuar a ser feita com o verdadeiro massacre, em todos os sentidos, dos trabalhadores e das trabalhadoras, submetidos a ferozes condições de exploração.

Se estamos em guerra pelo crescimento, se queremos o sucesso do PAC e o avanço da produção, é preciso respeitar e valorizar os soldados desta guerra, protegê-los e dar-lhes as melhores e mais eficazes condições, de vida e de soldos.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo



F. de Maio de 2007, Brasília, Marcelo Casal Jr/ABR

O sindicalismo no governo Lula-II

“Os sindicatos devem levar ao mundo a convicção de que seus esforços, longe de serem egoístas e ambiciosos, têm antes por objetivo a emancipação total das massas oprimidas”. Karl Marx

ALTAMIRO BORGES

O sindicalismo brasileiro, que se tornou uma referência mundial a partir do final dos anos 70, atualmente padece da mesma grave, crônica e prolongada crise que atinge o conjunto do sindicalismo internacional. Naquela “fase de ouro”, ele passou por intenso processo de renovação

ou reciclagem de suas direções, foi responsável por constantes recordes no número de greve, retomou a atuação intersindical de classe com a criação da CUT e de outras centrais, estendeu sua influência ao funcionalismo público (até então proibido de se organizar sindicalmente) e para o campo, e teve papel decisivo na luta pelo fim da ditadura militar.

Fruto desta dinâmica, própria da evolução da luta de classes no país, ele presenciou o crescimento da taxa de sindicalização de 16% para 24%, projetou inúmeras lideranças no cenário político – Lula foi expressão maior desta ascensão –, ganhou enorme credibilidade na sociedade (saltando para o segundo lugar entre as instituições mais

O governo Lula, oriundo das lutas sociais, não foi capaz de reverter a grave

respeitadas pelos brasileiros) e obteve importantes conquistas na Constituinte de 88. Enquanto na maioria esmagadora dos países o sindicalismo já sentia os efeitos destrutivos e regressivos da globalização neoliberal, no Brasil o cenário era bem diferente, mais favorável à luta dos trabalhadores.

DEVASTAÇÃO NEOLIBERAL

Hoje, entretanto, a realidade sindical no país é bastante preocupante. Nem sequer o governo Lula, oriundo das lutas sociais, foi capaz de reverter o descarrilamento do sindicalismo brasileiro. É certo que a crise é anterior ao atual governo. Ela começou a se manifestar com mais força nos anos 90. A ofensiva neoliberal no Brasil, iniciada no governo Collor de Mello e intensificada nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, foi um desastre para os trabalhadores e um inferno para o sindicalismo. A explosão recorde do desemprego, a corrosão salarial, a precarização do trabalho e a regressão de direitos intimidaram os que estavam empregados, apartearam os milhões de desempregados e colocaram na defensiva os sindicatos.

Diante desse cenário de fragilidade, as empresas promoveram uma reestruturação produtiva “selvagem” e atraíram os iludidos para suas “arapucas participativas”. Já os governos neoliberais, avessos à democracia, fizeram de tudo para satanizar e enfraquecer o sindicalismo. Logo no início do seu triste reinado, FHC acionou o Exército para reprimir a greve dos petroleiros, em maio de 1995, visando “quebrar a espinha dorsal dos sindicatos”.

Projetos legislativos foram baixados com o intento de fragmentar as entidades, asfixiá-las financeiramente e impedir o seu acesso à Justiça do Trabalho. Os servidores federais, que tiveram seus salários congelados por oito anos, nem sequer foram recebidos pelo governo de FHC.

Apesar das condições mais favoráveis, os primeiros sinais são contraditórios e indicam a manutenção da linha do “lulinha paz e amor”

Da mesma forma como Collor de Mello patrocinou, inclusive com vultosos recursos, a fundação da Força Sindical, FHC apostou as suas fichas no enfraquecimento da CUT e na criação de centrais dóceis e servis. Amparado pela mídia, seu governo criminalizou os movimentos sociais, atacou violentamente o MST e as pastorais da igreja e desqualificou os críticos do seu mandato. Para impor a ferro e fogo o nefasto projeto neoliberal de desregulamentação, desestatização e desnacionalização, FHC implantou um novo tipo de “fascismo de mercado” no país. O sindicalismo virou alvo prioritário dessa “ditadura moderna” e padeceu dos piores momentos de toda a sua longa e combativa história!

Os efeitos foram devastadores: queda no índice de sindicalização,

que retornou aos patamares de 16% da População Economicamente Ativa (PEA); assembléias esvaziadas; declínio do número de greves; crise de perspectiva nas direções sindicais – com várias lideranças bandeando para o campo neoliberal –; redução da influência das centrais e surgimento de inúmeras correntes abertamente favoráveis ao neoliberalismo ou adaptadas ao capitalismo; degeneração de vários dirigentes, mais preocupados com os seus aparelhos e privilégios, entre outras desgraceiras. O sindicalismo perdeu representatividade nas bases e força política na sociedade. Após a ascensão dos anos 80, ele entrou em profundo descenso a partir da década de 90.

ESPERANÇA FRUSTRADA

A consagrada vitória popular nas eleições presidenciais de outubro de 2002, expressão da revolta contra o neoliberalismo, abriu um horizonte promissor para os trabalhadores e seus organismos de classe. Pela primeira vez na história do Brasil, um operário e ex-sindicalista – referência maior da retomada das lutas grevistas, preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional pela ditadura militar e fundador da CUT – chegava ao Palácio do Planalto. Abria-se a possibilidade de uma expressiva alteração da correlação de forças no país, tornando-a mais favorável à luta dos trabalhadores e ao fortalecimento do sindicalismo.

Num pesadelo para a oligarquia, que logo taxou o novo governo de “república sindicalista”, Lula nomeou para o primeiro escalão 12 lideranças oriundas do

crise e o descarrilamento do sindicalismo brasileiro

sindicalismo – entre elas, vários fundadores da CUT. A mídia burguesa esperneou: “Lula dá emprego a mais de 40 sindicalistas”, incluindo os postos de segundo escalão. Ela também condenou a nomeação de lideranças identificadas com o MST e outros movimentos populares para cargos nas áreas de reforma agrária, política urbana e meio ambiente. Com atitudes de alto simbolismo, o presidente também pousou para fotos com bonés do temido MST e participou de inúmeras atividades dos movimentos sociais, num ato de respeito democrático às lutas dos trabalhadores.

O temor das elites era compreensível! Afinal, Lula fora eleito com um programa de mudanças – prevendo criar 10 milhões de empregos, dobrar o valor do salário mínimo, fortalecer o poder de fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho e combater a informalidade e a precarização do trabalho. Ele também firmara o compromisso de que o seu governo investiria no fortalecimento do diálogo com o sindicalismo, superando a truculência neoliberal e introduzindo novos mecanismos de participação democrática. Por estas e outras razões, o primeiro mandato do presidente Lula gerou fortes expectativas no campo popular.

Mas a realidade do primeiro mandato se mostrou mais complexa e cheia de obstáculos. O povo havia vencido uma eleição e não feito uma revolução; elegera um presidente, mas não tomara o poder, que se matinha nas mãos da oligarquia capitalista; derrotara o

neoliberalismo, mas este permanecia hegemônico no mundo. A burguesia não ficou parada, lambendo suas feridas. Partiu para revanche. Ao mesmo tempo em que criticou a “falta de autoridade do presidente” na repressão às lutas sociais, ela usou a chantagem do mercado e a manipulação da mídia para enquadrar o governo e evitar que ele rompesse com a camisa-de-força neoliberal. Se na eleição “a esperança venceu o medo”, agora o medo se vingava da esperança!

Essa “ditadura do mercado”, inclusive, atraiu adeptos no interior do governo Lula. Os recém-convertidos ao credo liberal relativizaram as promessas de campanha, abandonando o projeto de mudança vitorioso nas urnas, e adotaram a agenda dos derrotados – como ficou patente na contra-reforma da Previdência. A manutenção e aprofundamento do tripé neoliberal – arrocho monetário, superávit primário e libertinagem financeira – impediram que o país superasse os seus graves problemas estruturais. Os avanços obtidos em outros terrenos, com a adoção de uma política externa ativa e soberana, a não criminalização das lutas populares e a prioridade aos programas sociais, foram ofuscados pelo contínuismo na área econômica.

RELAÇÃO COMPLEXA

Esse cenário carregado de ambigüidades gerou perplexidade e confusão entre os trabalhadores e no meio sindical. Alguns setores, que há muito já manifestavam forte tendência reformista e social-democrata, se prostraram diante do

discurso fatalista de que “não há alternativas ao neoliberalismo” e tentaram justificar todos os equívocos do novo governo, numa atitude de passividade acrítica e de puro adesismo. Algumas lideranças, inclusive, se deslumbraram com a chegada ao Palácio do Planalto, renunciando aos seus antigos compromissos de classe. Essa postura reforçou a crítica ao sindicalismo como um veículo “chapa-branca” e feriu gravemente um de seus princípios mais sagrados: o da sua autonomia diante do Estado.

Ao invés de contribuir para os avanços do governo, pressionando por mudanças e intensificando as lutas sociais, essa passividade fortaleceu os neoliberais, de fora e de dentro do Planalto. Ela também reforçou a tendência já em curso no país de travestir o sindicalismo, mudando seu caráter de instrumento da luta de classe e tornando-o uma dócil ONG (organização “não-governamental”), que privilegia a intermediação de empréstimos bancários, a administração dos fundos de pensão ou o agenciamento e formação de mão-de-obra barata para o mercado. Estes limites ficaram visíveis na postura dúbia da CUT na greve nacional contra a reforma da previdência e na timidez diante dos minguados reajustes do salário mínimo.

No extremo oposto, outros setores partiram direto para a oposição frontal ao governo Lula, acusando-o de neoliberal e imperialista e afirmando não existir diferenças com o famigerado FHC. Sem levar em conta a adversa correlação de forças, a natureza

Ação golpista da direita forçou postura mais ativa do sindicalismo, que saiu às

híbrida do governo e alguns avanços palmilhados, o voluntarismo esquerdista jogou no ceticismo político e reforçou o coro da elite rentista no seu intento golpista. Ao invés de concentrar energias no combate aos neoliberais, de fora e de dentro do governo, esta postura estimulou a demarcação sectária no campo popular e teve como efeito prático e desastroso a divisão da CUT, com a criação do gueto da Conlutas, o que dificultou a ação dos classistas no interior da maior central brasileira.

Historicamente, a relação entre Sindicato, Partido e Estado sempre gerou acirrada polêmica, como ilustra o embate entre Lênin e Trotsky. O governo Lula, algo inédito na história do país, exigia maior equilíbrio e habilidade na definição da tática ajustada. Mas, infelizmente, o movimento sindical resvalou nos extremos da passividade acrílica e do voluntarismo sectário. Como efeito das limitações e desvios do governo Lula, ele não conseguiu encarar essa conquista histórica como um meio, e não um fim, para avançar na luta por um país soberano, democrático e mais justo, como aproximação do objetivo socialista. À crise estrutural, derivada da ofensiva neoliberal e da “revolução informacional”, juntou-se uma grave crise teórica.

SEGUNDA CHANCE HISTÓRICA

O desenvolvimento da luta de classes no país, entretanto, tem contribuído mais recentemente para ajustar a tática do sindicalismo. Diante da política conciliadora e vacilante do governo e das práticas degeneradas no

lodaçal da democracia burguesa, a direita neoliberal partiu para a revanche e apostou as suas fichas no *impeachment* do presidente. Esta ação golpista, incensada pela mídia burguesa, forçou uma postura mais ativa do sindicalismo, que saiu às ruas para denunciar o bloco liberal-conservador e exigir o avanço nas mudanças. Mesmo setores mais críticos, como o MST, perceberam o risco do retrocesso. Apenas algumas correntes mais sectárias mantiveram a palavra de ordem do “fora Lula”, para o deleite da elite burguesa.

Aproveitando-se do clima de maior democracia e da frágil retomada da economia, o sindicalismo também intensificou a pressão para conquistar avanços parciais. A própria CUT saiu da sua letargia, organizando marchas pelo aumento do salário mínimo e pela correção do Imposto de Renda e questionando de forma mais incisiva a ortodoxia neoliberal. Já a maioria das categorias obteve aumentos reais de salário nas suas datas-bases, segundo balanço do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese), um fato inédito nos últimos tempos. Numa ação ainda de resistência, o sindicalismo conseguiu barrar temporariamente algumas investidas do capital, como a da terceira fase da reforma da Previdência.

O choque entre os projetos liberal-conservador e popular-democrático, ainda que bastante desidratado no primeiro mandato do governo Lula, ficou ainda mais explícito na eleição presidencial do final de 2006. O resultado do pleito confirmou que o povo não

aceita o retrocesso e deseja avançar nas mudanças, dando uma segunda chance ao presidente Lula. A direita neoliberal foi escorraçada nas urnas, perdendo quase 2,5 milhões de votos no segundo turno e reduzindo sua presença em importantes regiões. Além do êxito eleitoral, o campo democrático-popular obteve expressiva vitória ideológica, ao colocar na defensiva os defensores da privatização, do “estado mínimo”, da colonial Alca e da criminalização das lutas sociais.

O resultado do pleito no Brasil e a crescente resistência ao neoliberalismo, em especial na América Latina com as vitórias sucessivas de forças progressistas e até revolucionários, criam melhores condições para o avanço das mudanças. O quadro de forças indica que é possível adotar uma tática mais ofensiva, mesmo ainda num cenário de defensiva estratégica dos trabalhadores. No segundo mandato, iniciado em janeiro de 2007, o presidente Lula reúne condições para iniciar um novo ciclo de desenvolvimento, superando os entraves neoliberais. A dúvida é se ele terá convicção de projeto e ousadia política para adotar esse rumo; ou se manterá sua postura conciliadora e pragmática, expressa no infeliz bordão do “lulinha, paz e amor”.

Os primeiros sinais são contraditórios. Sensível às urnas, que indicaram o desejo do trabalhador de que o país se desenvolva e gere emprego e renda, o presidente reeleito apresentou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), visando reforçar o papel indutor do Estado e superar o mito do “deus-

ruas para evitar o retrocesso e exigir o avanço nas mudanças

mercado”. No mesmo rumo progressista, o governo vetou uma emenda apresentada pela bancada patronal no parlamento que limitava a fiscalização nas empresas e incentivava a precarização, inclusive o trabalho escravo. Outra iniciativa positiva tem sido a da constituição de uma Rede Pública de TV, com o objetivo de se contrapor ao poder da ditadura midiática, que hoje é o principal “partido do capital” no Brasil.

Ao mesmo tempo, porém, o governo insiste em não mexer nos interesses do capital financeiro, mantendo intocado o tripé neoliberal, o que pode empacar o PAC. Além disso, este novo programa, decisivo para o futuro do governo e da própria esquerda brasileira, também apresenta contrabandos, como o que fixa em 1,5% o reajuste da folha de pagamento do funcionalismo público e engessa o próprio fortalecimento do Estado. Para se contrapor à esperada resistência deste setor, o governo especula com a idéia desastrosa de cercear o direito de greve dos servidores e dos trabalhadores dos “setores essenciais”.

LULA-II E OS DESAFIOS DO SINDICALISMO

Como se observa, o segundo mandato do presidente Lula colocará enormes desafios para o sindicalismo brasileiro e será definidor do futuro da luta de classes no país. Mas o cenário atual, pelos mesmos fatores apontados acima, é bem mais favorável ao avanço das lutas proletárias e, da mesma forma, confirma que é possível e urgente que os movimentos sociais adotem

uma tática mais ofensiva e ousada. Será preciso apreender com os equívocos do passado, evitando tanto a passividade acrítica como o voluntarismo que não leva em consideração a real correlação de forças na sociedade brasileira.

Neste sentido, três desafios surgem na atuação tática diante do governo Lula. O primeiro é o de preservar a autonomia do movimento sindical. Qualquer confusão nesta tão complexa relação com o Estado será fatal para a luta dos trabalhadores, deixando-os desarmados para enfrentar as manobras do capital e as vacilações do governo. O segundo é o de intensificar a luta de classes e elevar a pressão social. A melhor forma de viabilizar um projeto de esquerda no governo é através da pressão. Hoje, diante do fascismo do mercado, não basta votar em governos progressistas. É preciso manter forte e permanente pressão social. Em terceiro, será preciso agir com sabedoria política, evitando as artimanhas da direita neoliberal.

Em termos concretos, a combinação destes três elementos – numa equação que é fácil de falar, mas difícil de fazer – tem efeitos práticos palpáveis. De imediato, significa apoiar o veto do presidente Lula contra a emenda que precariza o trabalho, já batizada de “emenda da Globo”; apostar na criação da rede pública de TV; e dar um conteúdo mais avançado ao PAC, objetivando a valorização do trabalho e a inclusão social. No outro pólo, mantendo a autonomia e reforçando a pressão, significa rejeitar, de forma contundente, o continuísmo neoliberal na política

macroeconômica; condenar a tentativa de nova reforma da previdência; e rejeitar qualquer regressão pragmática na política externa brasileira.

Além da urgência de ajustes táticos na relação com um governo oriundo de suas lutas, o sindicalismo está diante de outros desafios de envergadura e de novas oportunidades históricas. Entre eles, vale destacar cinco temas estratégicos para o fortalecimento do sindicalismo classista e para o avanço da acumulação de forças e da disputa de hegemonia na sociedade no rumo da superação da barbárie capitalista:

a) Politização da classe. A vida demonstrou que não basta o sindicalismo lutar pelas questões imediatas, econômicas e corporativas; que é preciso alterar as forças nos postos de comando do país para garantir as conquistas duradouras para sua classe. Agora, indica que também não basta eleger governos identificados com os anseios dos trabalhadores; que o poder da “ditadura do mercado” é violento. Ambos ensinamentos reforçam ainda mais a necessidade de se forjar um sindicalismo que politize a classe e interfira nos rumos políticos do país. Sem mudanças estruturais não haverá desenvolvimento, soberania e valorização do trabalho. Sem um sindicalismo protagonista da luta política não haverá as urgentes mudanças estruturais.

b) Organização na base. Não existe sindicalismo forte sem sólidas organizações nos locais de trabalho. As empresas sabem disso e usam todos os recursos para

■ Três desafios se impõem para o sindicalismo: preservar a sua autonomia, intensificar a pressão social e agir com sabedoria política

evitar esse enraizamento; não querem permitir o duplo poder no coração da exploração. A ditadura militar proibiu os sindicatos; o neoliberalismo procurou quebrar sua espinha dorsal; e as novas técnicas gerenciais tentam torná-lo supérfluo. O novo ciclo político aberto no país cria uma possibilidade ímpar para fortalecer o sindicato na base, inclusive com a conquista do seu reconhecimento legal. Mas, contraditoriamente, também coloca armadilhas. Governos de origem popular sempre representam o risco de cooptação de lideranças, da institucionalização dos sindicatos, dos conchavos palacianos, do cupulismo. Esse novo ciclo político só trará saldo positivo se a organização no local de trabalho (OLT) for encarada como prioridade máxima do sindicalismo, em palavras e atos!

c) Formação de classe. A ofensiva neoliberal acuou os sindicatos. Entre outros malefícios, houve um natural envelhecimento das direções sindicais, fruto do defensividade das lutas e do esvaziamento das entidades. Pesquisa realizada no 8º Concut, em julho de 2003, revelou que 58% dos delegados tinham mais de 40 anos de idade (enquanto no 5º Concut, em 1994, eram 29%); que 60% pertenciam às direções dos sindicatos e apenas 6,7% provinham diretamente das bases; e que 69% ocupavam cargos de direção nas entidades há mais de 10 anos. Essa amostragem, bastante significativa, revela a preocupante ausência da renovação das lideranças e a fragilidade do trabalho de formação e de

reciclagem político-sindical dos dirigentes e ativistas de base. O investimento em formação é hoje uma prioridade e deve ser tratada como emergencial. Do contrário, os sindicatos não expressarão as novas realidades do trabalho, inclusive com o crescente ingresso de jovens, e não terão como dar respostas ao complexo debate de idéias que permeia a sociedade e os próprios locais de trabalho – onde o patronato disputa a mente do trabalhador.

d) Ação Intersindical. Para interferir nos rumos do país não basta a atuação meramente corporativa, por categoria. A unidade da classe é indispensável. No governo Lula ainda são tímidas as medidas no sentido de fortalecer as centrais como instrumento de horizontalização e de unificação da classe. Por outro lado, o complexo quadro atual provoca certa fragmentação dos organismos dos trabalhadores. O sindicato é um instrumento de frente única no qual se expressam diferentes concepções. A sua força reside exatamente na garantia da unidade na diversidade. Qualquer postura hegemônica coloca em risco a indispensável união dos trabalhadores. Hoje, mais do que nunca, é preciso democratizar a CUT, garantir sua autonomia diante do Estado e imprimir-lhe uma marca nitidamente classista. Do contrário, esta central corre sérios perigos.

e) Movimentos sociais. As recentes mutações na forma de exploração capitalista, decorrentes da ditadura do capital financeiro, do amargo remédio neoliberal e da

reestruturação produtiva, colocaram em cheque a própria forma-sindicato. O problema não é apenas conjuntural, de defensiva momentânea; ele é estrutural, de longo fôlego. Reflete profundas mudanças na composição de classe dos trabalhadores, que hoje é mais complexa e fragmentada. Reduzida parcela sobrevive no mercado formal; muitos padecem em empregos precarizados; milhões estão desempregados; e milhões vegetam na informalidade.

Os sindicatos hoje representam parcela minoritária dos explorados – dos 82 milhões de trabalhadores no país, 32 milhões estão no mercado formal e, destes, uns 16% são sindicalizados. Por isso os conflitos de classe eclodem atualmente em vários espaços – nas ocupações das terras ociosas, na luta por moradia, na rebeldia da juventude. Na prática, o sindicalismo não tem mais força para, isoladamente, liderar os demais setores e hegemônizar um projeto alternativo. A nova realidade impõe novas formas de articulações dos explorados, que unam as variadas iniciativas dos setores populares. A recém-formada Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que reúne CUT, MST, UNE, CMP, Conam, pastorais da igreja, entre outros, pode se tornar esse embrião da unidade. Para isso, é indispensável a ativa contribuição do sindicalismo.

** Artigo escrito para a revista Contexto Latino-Americano, editada por Roberto Regalado, dirigente da Seção de América do Departamento de Relações Internacionais do Partido Comunista de Cuba.*

Altamiro Borges é editor da revista Debate Sindical e autor do livro "As encruzilhadas do sindicalismo".



Manifestação ocorrida na Austrália em novembro de 2006. No telão, a atual presidente da CIS, Sharan Burrow

Arquivo ACTU (Australian Council of Trade Unions)

EVERALDO AUGUSTO

No final de 2006, o sindicalismo mundial sofreu uma mudança significativa. A CMT (Confederação Mundial dos Trabalhadores), fundada em 1920 e de orientação cristã, e a Ciosl (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres), criada em 1949 e de orientação liberal, fundiram-se e criaram a Confederação Internacional Sindical (CIS), que pretende ser uma representação unitária, plural e democrática dos trabalhadores no mundo.

Para o velho sindicalismo burocrático, vinculado aos interesses do capital e defensor do plurisindicalismo, este já é um fato dado, restando apenas às outras correntes a adesão a nova central. Para outros, de matiz de esquerda, mas sedentos em serem reconhecidos pelos primeiros como força secundária, a unidade tomou novos rumos a partir da fundação da CIS. Já para aqueles de origem na esquerda, mas que estão se aproximando agora deste campo, a fusão foi apenas um primeiro passo no rumo da unidade; outros passos serão necessários, portanto.

Contudo, para uma parte significativa do sindicalismo independente, classista ou alinhado à Federação Sindical Mundial (FSM), entidade que representa as correntes de orientação nacionalista, antiimperialista e comunista, a questão da unidade, da pluralidade e da democracia continua em aberto em busca de solução. Estas questões ainda são candentes para os trabalhadores, fundamentais para uma resposta do conjunto da classe diante da ofensiva do capital contra os direitos sociais e trabalhistas, e essencial para se contrapor à guerra e conquistar a paz no mundo.

A precária unidade da CIS

Congresso de fundação da nova central sindical mundial não deu respostas à ofensiva do capital contra os direitos dos trabalhadores

LACUNAS DO CONGRESO

Cerca de dois mil delegados de todos os continentes se reuniram em Viena, capital da Áustria, em novembro do ano passado, no congresso de fundação da nova central mundial. Ali estavam, do lado da CMT, 144 organizações, que reivindicam representar 17 milhões de filiados, e, do lado da CIOSL, 241 organizações e 215 confederações, que reivindicam representar cerca de 150 milhões de filiados.

Foi um congresso de porte e não apenas pelos números apresentados. O congresso reuniu diferentes práticas, com diversificado grau de organização e de formas de abordagem dos problemas dos trabalhadores. Foi também um importante evento internacional, sobretudo, pelo contexto em que estava sendo realizado, no qual a globalização neoliberal já demonstrou seu caráter nocivo, causador de pobreza num extremo e de concentração extrema de riqueza no outro, cuja característica principal é a onda regressiva e destrutiva contra o trabalho.

Ainda que o congresso tivesse por finalidade fundar a nova central, seria natural, diante desse contexto, que fosse aberto um debate acirrado sobre as saídas, do ponto de vista dos trabalhadores, para enfrentar e derrotar as estratégias dos oligopólios em âmbito mundial e dos governos locais. Assim como seria natural, também, o congresso apresentar alternativas para a construção de um novo modelo econômico, social e político, baseado no desenvolvimento, na distribuição de riqueza, na valorização do trabalho e no aprofundamento da democracia.

Infelizmente, como já era esperado pelos mais céticos, este

Sem discussão política e a elaboração de plano unitário de lutas, os delegados do congresso de fundação da CIS voltaram desarmados aos seus locais de origem

debate não ocorreu, salvo em alguns discursos de delegados da América Latina e da África. No geral, o congresso se limitou a fazer um diagnóstico superficial, baseado na adjetivação, e a levantar propostas genéricas sobre o “trabalho decente”. Não se discutiu a origem da degradação do trabalho e não se apresentou um plano de ação concreto para as centrais e confederações.

Desse ponto de vista, os delegados voltaram desarmados aos seus locais de origem, o que é grave, já que cada vez mais a situação exige respostas globais dos trabalhadores frente à ofensiva do capital. Resta a expectativa de que estas questões sejam analisadas nas reuniões do seu conselho de 70 membros. Algumas centrais nacionais já propuseram a realização de um dia mundial de protesto e luta pelos direitos sociais. Não há, contudo, garantias de que este conselho tomará medidas desta natureza devido à correlação de forças nele existente, onde permanece a hegemonia da antiga CIOSL, agora piorada com a chegada da CMT, que alguns consideram ainda mais à direita.

UNIDADE PELA METADE

Se não houve discussão sobre a plataforma de luta comum, a unidade tão aclamada pelos

oradores também deixou a desejar. Apesar do esforço dos dirigentes da nova central para apresentar a fusão como sinônimo de unidade, a ausência da FSM e de entidades da China, Vietnã e de outras centrais da Ásia, Américas e África foi sentida.

Prevaleceu a idéia de que a unidade festejada ficou pela metade. “Não se pode omitir a existência de outro campo importante do sindicalismo que não está aqui”, diziam em conversas paralelas. Independente de críticas à FSM, sindicalistas da Europa, berço na nova central, admitiam que a unidade alcançada foi apenas “o primeiro passo” e que o modo formal da fundação da CIS deverá ser substituído, no futuro, pela explicitação de divergências.

A novidade apresentada neste congresso foi a filiação de oito centrais independentes, ex-filiadas ou aliadas da FSM, com destaque para a CGT Francesa, CUT Colômbia e CAT da Argentina. Também foi anunciado no plenário por Emilio Gabaglio, ex-secretário-geral da Confederação Européia de Sindicatos, que a CGTP Portugal, a CGTP Peru e a PIT-CNT do Uruguai estão em vias de conversação para aderirem à CIS.

A nova central diz representar 168 milhões de trabalhadores, de 154 países, agrupados em 306 organizações. Guy Ryder, um profissional que iniciou sua carreira como assessor da central inglesa (TUC) e tornou-se o chefe da Ciosl, é o novo secretário-geral da CIS. A presidente é a australiana Sharan Burrow, uma sindicalista de origem.

Everaldo Augusto é da executiva nacional da CUT, diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia e vereador em Salvador; foi delegado da CUT no congresso de fundação da CIS

O sindicalismo mexicano na luta contra o neoliberalismo

ELÍAS AGUILAR VERNARDINO

Depois de o México ter vivido durante várias décadas sob o chamado “Estado de Bem-Estar”, que não resolveu os problemas sociais básicos, mas permitiu a negociação entre o capital e o trabalho, a partir do mandato presidencial de Miguel de la Madrid (1982-87), houve a introdução das políticas neoliberais no país, por volta de 1985. A partir daquele momento, os sindicatos enfrentaram uma investida à qual, em muitos casos, não puderam resistir.

O Congresso do Trabalho (CT) apresenta, então, sinais de crise e será deslocado das decisões laborais. A principal central sindical, a Confederação dos Trabalhadores do México (CTM), também perde o poder que teve durante décadas e que lhe permitiu eleger um grande número de deputados e senadores, os mesmos que agora participam da definição das políticas relativas aos direitos dos trabalhadores.

O corporativismo representado pela CTM e pelo CT será deslocado pela integração de outras organizações, de corte neocorporativo, como a Federação dos Sindicatos de Empresas de Bens e Serviços (Fesebes), na qual se deposita a esperança de facilitar a implantação das novas relações de trabalho baseadas na flexibilidade e na polivalência, que implicavam em mudanças profundas na legislação laboral e na Lei Federal do Trabalho.



A partir de meados dos anos 80, o movimento sindical do México foi vítima da ofensiva neoliberal e até hoje ele procura se recuperar da crise

Ademais, com a política de pactos, como o Pacto Nacional de Solidariedade, de 1982, e o Pacto de Solidariedade Econômica, de 1988, o CT substituiu a sua função negociadora baseada no preço da venda da força de trabalho e na defesa dos direitos conquistados pela negociação baseada na produtividade, na flexibilidade e na polivalência.

Em alguns sindicatos ocorre o mesmo, como no dos Telefônicos, dos Trabalhadores da Universidade Nacional Autônoma do México, da Confederação Revolucionária das Organizações Camponesas (CROC) e, inclusive, em sindicatos com tradição de luta,

como o Sindicato Mexicano dos Eletricistas (SME), embora em menor medida.

Todos os motivos citados são caldo de cultura para o surgimento de novos pólos aglutinadores da inconformidade dos trabalhadores sindicalizados, que lhes permitiram enfrentar de alguma maneira o neoliberalismo. Formaram-se, deste modo, núcleos como a Coordenadoria Intersindical Primeiro de Maio (CIPM) em 1995, e os “Foristas”, também em 1995. A primeira, embora mantivesse um programa combativo e de rejeição às políticas neoliberais, não conseguiu subsistir e é desfeita em poucos anos. A

Negociações tripartites e vários pactos substituíram direitos trabalhistas por

segunda, vinda da Fesebes, permaneceu ativa e auxiliou na formação da União Nacional dos Trabalhadores (UNT).

O PAPEL DA UNT

No marco da forte crise do corporativismo sindical foram afetadas não apenas as principais centrais, mas também o partido que por mais de 60 anos se manteve no poder: o Partido Revolucionário Institucional (PRI). Este é o contexto no qual o Foro do Sindicalismo reuniu, de 22 a 23 de agosto de 1997, mais de 130 organizações no que se denominou Assembléia Nacional dos Trabalhadores (ANT). Ali se tomou a resolução de constituir uma nova confederação, que surgiu em 28 de novembro do mesmo ano com o nome de União Nacional de Trabalhadores (UNT), marcando uma importante ruptura com o sindicalismo oficial e seu modelo antidemocrático.

Em seus documentos básicos, a UNT reconhece como princípios a emancipação política, econômica e social da classe trabalhadora; revalorização do trabalho; democracia e independência sindical; contra a integração da UNT como organismo em nenhum partido político e o respeito pela livre afiliação política; ação unitária e organizada; negociação, diálogo e outras formas legais de luta; rejeição do regime de exceção dos servidores federais; luta pela plena execução dos direitos de livre associação, contratação coletiva e greve; não discriminação por motivo de raça, ideologia, gênero ou preferência sexual; previdência social e uma sociedade justa e igualitária.

Como objetivos mais importantes destacam-se a democratização dos sindicatos, a manutenção e a aplicação do princípio de autonomia perante o governo, empresas, partidos políticos e igrejas; o exercício da democracia como regime político para o país e para o sindicalismo; impulso à participação consciente e combativa dos trabalhadores nos processos produtivos, econômicos, políticos, sociais e trabalhistas; e, contra as lideranças corporativas, da defesa da representação autêntica nas diversas instâncias que formam o sistema de relações trabalhistas do país.

Porém, a UNT nasceu dividida, já que organizações como o Sindicato de Eletricitistas (SME), o Sindicato Nacional de Trabalhadores da Educação (SNTE), a Confederação Trabalhadora Revolucionária (CRO) e outras seis entidades decidiram não participar da nova

confederação dizendo que sua entrada seria uma transgressão aos seus estatutos. É importante ressaltar que a criação da UNT se dava num contexto de greves importantes contra as políticas neoliberais e, ao mesmo tempo, contra o velho corporativismo estatal.

FRENTE SINDICAL MEXICANA

Outro pólo que aglutinou dezenas de organizações para a luta contra o neoliberalismo foi o da Frente Sindical Mexicana (FSM), encabeçada pelo SME e que surge em agosto de 1998. Ela se propõe a promover a unidade entre trabalhadores, sindicatos e organizações sociais para rechaçar a reforma regressiva da legislação social do trabalho, impelida pelo governo em cumplicidade com os capitalistas e os órgãos financeiros nacionais e mundiais.

Em quatro anos, esta frente luta contra a reforma de trabalho que, o



Divulgação

acordos baseados na produtividade, flexibilidade e polivalência

Divulgação

então presidente mexicano, Ernesto Zedillo apresentou, assim como contra suas iniciativas de privatização da indústria energética. Esta ofensiva hoje continua vigente principalmente em face ao perigo que representa Felipe Calderon – o candidato do Partido Ação Nacional (PAN) –, que representa os interesses da direita mais reacionária e interessada em impor as reformas estruturais.

É importante destacar que a FSM defende em sua declaração de princípios a necessidade de “desenvolver um movimento renovador, amplo, plural, combativo e independente que adote como valor supremo, para a execução exata dos fins e ações propostas, a *consciência e solidariedade de classe*, com vistas a acumular forças e constituir uma verdadeira alternativa de sindicalismo unitário, democrático, classista e anticapitalista”, que resulta como fundamental para entender sua posição como organização contra os ataques neoliberais.

Outra entidade que luta contra as políticas neoliberais, especificamente no campo da educação, é a Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), que aglutina as seções democráticas e dissidentes do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Educação (SNTE), de corte oficial.

Em outras lutas, uma relevante foi travada para rechaçar a iniciativa do governo federal de taxar os benefícios dos trabalhadores e que seria aplicado no início de 2006. Em 21 de agosto de 2005 ocorreu um evento



O destaque do momento é a luta dos trabalhadores de Oaxaca, onde o sindicalismo do magistério e outras 400 entidades organizaram a Assembléia Popular (APPO)

inédito, quando as principais centrais de trabalhadores de todas as correntes se uniram numa frente comum. Foi surpreendente ver a CTM, a CROC, a CT, a UNT, a SME e outras centrais unidas com um objetivo comum. Foi tão marcante esta mobilização que, em 7 de outubro de 2005, a Câmara dos Deputados decidiu anular esta iniciativa e se deu uma vitória, embora pequena, para os trabalhadores do país.

SITUAÇÃO SINDICAL ATUAL

No atual momento se destaca o movimento em curso no Estado de Oaxaca, onde o sindicalismo do magistério da seção 22 tem expressiva participação e construiu, junto com outras 400 organizações, a Assembléia Popular de Oaxaca (APPO). Ela não só pede a renúncia do governador Ulises Ruiz (vindo do PRI), como está formatando um gabinete paralelo no qual, discute um programa de governo alternativo. Por outro lado, o sindicalismo independente dá força à discussão e à organização de seus planos de ação em sua luta contra a política neoliberal, no que se denomina Frente Sindical, Camponesa, Social, Indígena e Popular (FSCSIP), também chamada de Frente Ampla.

Para o sindicalismo mexicano, o panorama não é nada fácil. Confirmada a vitória fraudulenta do candidato Felipe Calderon, é certo que a direita tentará impor reformas estruturais: Reforma da Lei Federal do Trabalho, Reforma de Energia para privatizar o setor, reforma fiscal; e reforma da Lei de ISSSTE, que pretende dismantlar toda a previdência social ou o que restou dela no país.

Somente com a união do sindicalismo independente e de outras organizações sociais será possível definir e adotar uma estratégia apropriada para enfrentar a violenta estocada neoliberal. Só assim será possível não apenas resistir, mas também avançar na briga por um outro projeto de sociedade.

Elías Aguilar Vernardino é secretário-geral da Universidad Obrera de México “Vicente Lombardo Toledano”

Mortes do trabalho arcaicas e modernas

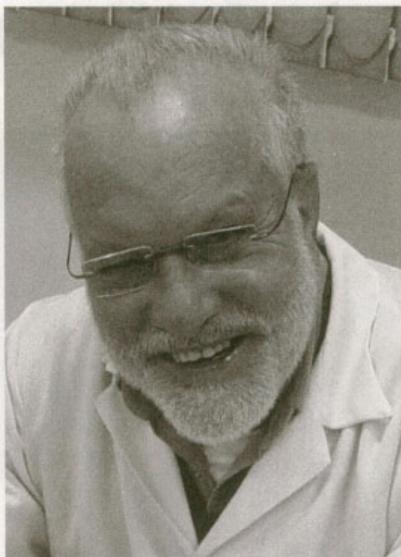
A imprensa francesa notificou recentemente três suicídios ocorridos em menos de noventa dias no centro tecnológico da indústria automotiva Renault, na França. Para quem ainda tem memória, há tempos atrás dezenas de bancários do Banco do Brasil também cometeram suicídio quando esta instituição financeira começou a colocar em vigor os princípios da reestruturação produtiva e do trabalho.

ELO COMUM

Já em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, recentemente o Ministério Público do Trabalho abriu um processo para investigar as mortes de 14 trabalhadores do corte de cana, atribuídas à exaustão física pelo trabalho devido ao pagamento por produção. Não faz muito tempo que nos estados do sul do país foram registrados suicídios de trabalhadores rurais ocasionados, acredita-se, pelo uso de agrotóxicos.

Em todas essas mortes violentas relacionadas direta ou indiretamente ao trabalho, existe um elo comum: a busca incessante e sem o menor escrúpulo das empresas por produtividade, competitividade e

HERVAL PINA RIBEIRO



A lógica do lucro ocasiona mortes e suicídios dos trabalhadores

lucro, não importando se a exploração dos trabalhadores se faz de modo arcaico ou contemporâneo.

PROTESTOS E SILÊNCIO

Na França os três suicídios deram lugar a protestos e manifestações dos trabalhadores, sindicatos e centrais sindicais. Eles vêm, com razão, a compulsão empresarial se transformar em pressão por produtividade, em ameaças de demissão por não produzirem no ritmo desejado. Os trabalhadores também sentem as terríveis conseqüências sobre a sua saúde, expressas em depressão psíquica massiva que os suicídios desvelam.

Se não poupam os trabalhadores qualificados, como nesses três

casos, imaginem se poupam os trabalhadores não qualificados. Estes são muito mais vulneráveis à ambição do lucro das empresas.

POUCO VALOR À VIDA

No Brasil, houve apenas pálidas repercussões dos suicídios e mortes citadas. As dos bancários mereceram um comentário em coluna de um jornal da grande imprensa. As dos trabalhadores rurais, não. Foram logo silenciadas; afinal, se está no outro lado do mundo, onde, por princípio, a vida dos trabalhadores qualificados e pior, as vidas dos trabalhadores não qualificados, têm muito pouco valor.

Mas reparem bem: se a exploração é arcaica, como nos canaviais e agroindústrias de exportação, como a de soja, aves e madeira, nem por isso ela deixa de ser contemporânea e servir aos donos de sempre: o grande capital. Afinal, quem importa esses produtos e quem mais lucra com eles? Então quem está por trás dessas mortes e dessa morbidade, ao mesmo tempo arcaica e contemporânea das fábricas de veículos, dos bancos e dos trabalhadores rurais?

Herval Pina Ribeiro é doutor em saúde pública e colaborador docente da Universidade Federal de São Paulo



Fábio Pozzobon/ABR

A luta contra a desnacionalização da educação

Embora o governo Lula seja contrário a inclusão da educação como mercadoria na OMC, a atual legislação não estabelece limites ao capital estrangeiro

CLOTILDE LEMOS

A desnacionalização da educação superior privada está em curso no Brasil. A inversão de capital internacional, sobretudo estadunidense, na aquisição de instituições de educação superior (IES) tem estimulado o movimento de fusões e a formação de grandes grupos, que passam a dominar o mercado do ensino

privado. Neste processo, as escolas realizam o que chamam de reestruturação administrativa, formando *holdings*, estimulando que instituições migrem de empresas “não lucrativas” para “lucrativas”, constituindo empresas de sociedade anônima com capital fechado e adotando a prática da governança corporativa para atender às exigências dos fundos internacionais.

Neste modelo, em que a educação é tratada como mercadoria, a maior lucratividade é baseada na precarização das condições de trabalho de professores e funcionários, na ausência de condições para desenvolvimento de pesquisa, o que provoca graves prejuízos na formação dos estudantes. Além de rebaixar a qualidade da educação,

A maior lucratividade é baseada na precarização do trabalho, na ausência de

este processo coloca em risco a soberania nacional, na medida em que fundos internacionais passam a controlar um setor estratégico para o desenvolvimento do país.

MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO

Embora o governo Lula tenha se manifestado contra a pretensão das grandes potências de inclusão da educação como mercadoria na Organização Mundial do Comércio (OMC), a atual legislação não estabelece limites à ação do capital estrangeiro no setor. A luta em curso contra a desnacionalização exige uma análise do atual quadro deste setor. Os dados dos censos educacionais e as informações de consultores das grandes empresas educacionais publicados nos cadernos de economia dos grandes jornais revelam a gravidade da situação atual. É urgente a necessidade da regulamentação deste setor estratégico na construção de um projeto de desenvolvimento nacional.

O censo da educação superior de 2005 (IPEP-MEC) revela que mais de 75% dos alunos matriculados pertenciam ao setor privado. Em junho de 2005, havia 4.453.156 alunos matriculados, sendo 3.260.967 em IES privadas. Em relação aos anos anteriores, o ritmo de crescimento deste setor diminuiu, mas continua crescendo (7,5%), sendo que o maior aumento foi nos cursos de graduação à distância (76%). É importante ressaltar que apesar dos avanços no setor público, apenas 10,9% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos estavam matriculados na educação superior, índice muito distante da meta do Plano

Nacional de Educação, que é chegar a 30% em 2011.

Isto significa que a demanda para educação superior continua sendo muito alta. Assim, os empresários de ensino trabalham com uma expectativa de grande aumento das matrículas. “Minha previsão é que o número de matrículas pode dobrar. Hoje estamos com cerca de quatro milhões. Vamos para oito milhões de matriculados em cinco anos”, afirma o consultor financeiro Renato de Souza Neto, ex-sócio da Paulo Renato Consultores, para a revista Educação Superior do Simesp (Sindicato das Mantenedoras do Estado de São Paulo).

Em artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, Carlos Monteiro, presidente da CM Consultoria, e Ryon Braga, presidente da Hoper Consultoria, consideram que “assim como ocorreu com outros campos da economia, o ensino privado deflagra uma corrida dos gigantes rumo a uma maior concentração de estudantes e a possibilidades de ganho de escala”. Os lucros das IES de grande porte são proporcionalmente superiores às empresas como a Vale do Rio Doce, Gerda e a Petrobras. O que é comprovado pelo relatório Valor-1.000 maiores empresas, do jornal *Valor Econômico*, no qual dez IES do setor privado estão entre as mil maiores empresas do Brasil no ano de 2005.

CORRIDA DOS GIGANTES

Em 2005, o Banco Mundial (Bird) fez seu primeiro investimento numa universidade privada brasileira. O Grupo Anhanguera Educacional, que tem



Processo coloca em risco a soberania nacional, na medida em que fundos mundiais passam a controlar um setor estratégico para o desenvolvimento do país

sede em Valinhos (SP), cujo diretor presidente é Antonio Carbonari Neto, teve 68% de ações adquiridas pelo Fundo da Educação para o Brasil (FEBR), administrado pelo Banco Pátria, em parceria com Gabriel Mario Rodrigues, reitor da universidade paulista Anhembí-Morumbi. Para este negócio, o FEBR recebeu US\$ 12 milhões da *Internacional Finance Corporation*, braço financeiro do Banco Mundial.

Segundo levantamento do jornal *Gazeta Mercantil*, novas inversões de capital internacional estão previstas para 2007. Depois

pesquisas e na piora da qualidade do ensino para os estudantes



Josef Cruz/ABR

da compra de 51% da Anhembimorumbi, no final de 2005, o grupo *Laureate Educacion Inc*, segundo maior grupo educacional dos EUA, negocia a compra de mais cinco instituições, tendo a intenção de chegar a cem mil alunos no Brasil. Esta rede internacional já teria acertado sua participação acionária na Universidade Potiguar (UNP) de Natal (RN).

Outro exemplo é o *Whitney Internacional University System*, capitalizado pelo fundo de investimento americano Best Associates, que acaba de investir R\$ 23 milhões na compra das Faculdades Jorge Amado de Salvador. Sediada em Dallas, a Whitney comanda um sistema internacional presente na América Latina, Norte da África e Oriente Médio. A Whitney, que tem a meta de chegar a 20 mil alunos na Bahia e outros 20 mil no restante do nordeste, busca consolidar a sua

posição comprando instituições pequenas que estão em dificuldades. O crescimento da educação à distância também é um grande atrativo para os fundos internacionais. A Apollo Group, que tem quase 300 mil alunos na University of Phoenix, onde trabalha com educação à distância, sonda o mercado brasileiro atrás de aquisições. Segundo analistas, ela já estaria em negociação com a Estácio de Sá.

A realidade da educação, sendo tratada como mercadoria, fica ainda mais evidente com a notícia de que a Anhanguera Educacional, instituição que tem sede em Valinhos (SP), lançou, em 12 de março de 2007, suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Segundo o que foi noticiado, a oferta global na Bovespa foi de 24,750 milhões de Units (cada unit representa uma ação ordinária e seis preferenciais). Na abertura do pregão, cada ação estava cotada a R\$ 18,00. Uma hora depois, já estavam valorizadas e custavam R\$21,33. Com o preço de R\$ 18,00, a Anhanguera pode levantar cerca de R\$ 600 milhões. Este grupo é o primeiro da América Latina a abrir o capital e os analistas informam que outros grandes grupos e fundos de investimento também se preparam para entrar no mercado de ações em busca de capital mais barato.

UMA CAMPANHA URGENTE

Todas estas informações reforçam a urgência da luta contra a desnacionalização da educação. O posicionamento do governo brasileiro, contrário à inclusão da educação como mercadoria na OMC, tem que ser acompanhado

A demanda pela educação superior continua muito alta e há grande expectativa do aumento de matrículas, o que desperta a cobiça das multinacionais

de medidas urgentes no sentido de conter esta corrida desenfreada de grandes grupos internacionais pelo controle do mercado educacional brasileiro. Assim, é importante reforçar a campanha iniciada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) cujo slogan é “educação não é mercadoria”.

A Contee, com esta campanha que já conta com apoio de várias entidades, como CUT, UNE e CNTE, visa exigir do governo Lula a medida emergencial de limite à participação do capital estrangeiro, já que o projeto de Reforma da Educação Superior, que estabelecia um limite de 30%, está parado no Congresso, correndo o risco de não ser aprovado. Repudiar um modelo que trata a educação como uma mercadoria é defender a educação como um “bem público”, um direito a ser assegurado pelo Estado, fundamental para a construção de um novo modelo de desenvolvimento do país, com base na soberania, na valorização do trabalho e na distribuição de renda.

Clailde Lemos é diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee)

As origens do 1º de Maio

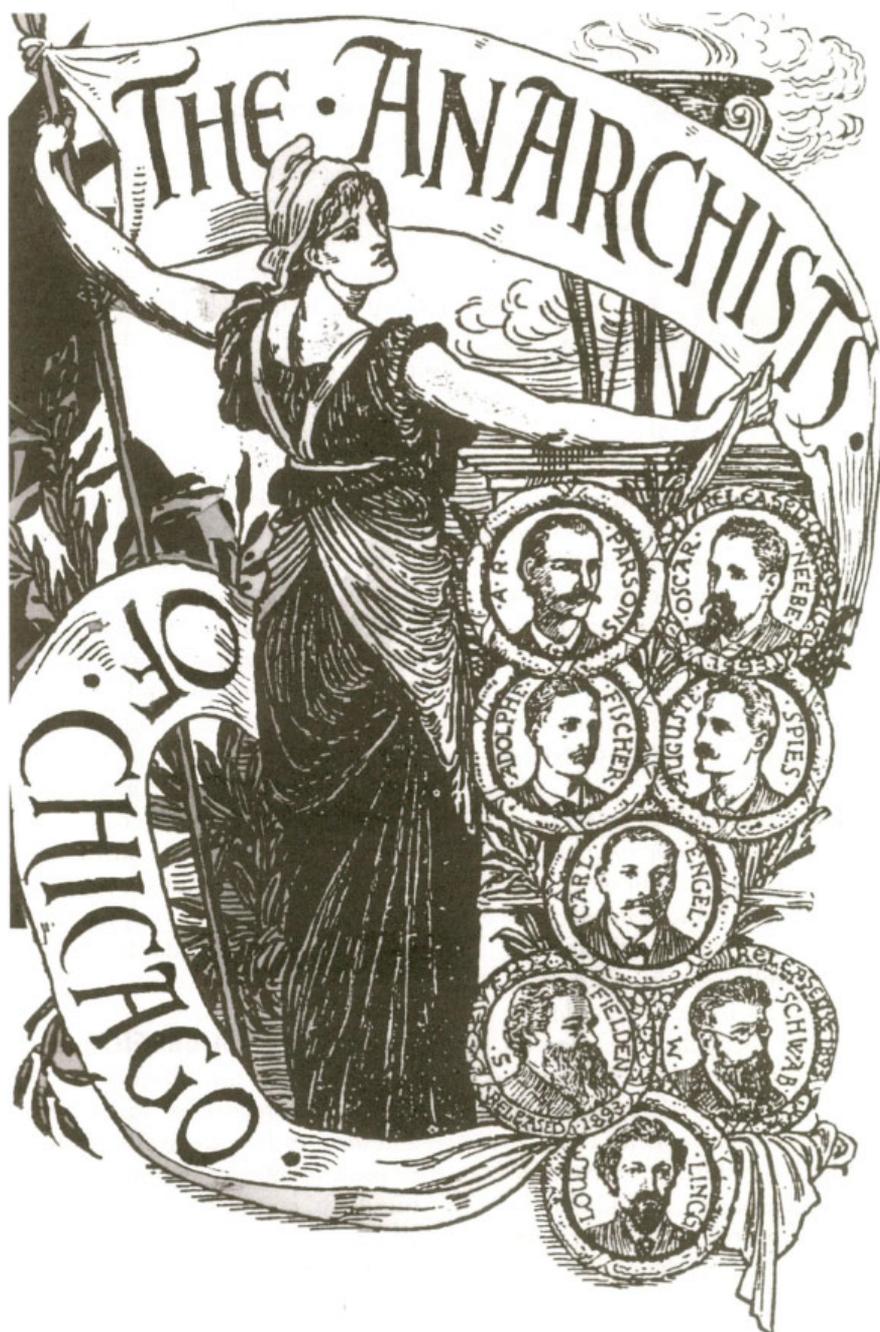
PAULO COSIUC

Com o início da revolução industrial na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, e o advento da máquina (a indústria têxtil foi a primeira a se mecanizar), as condições de trabalho e de vida dos operários e operárias das fábricas tornaram-se caóticas. Longas jornadas de trabalho, variando de 14 a 18 horas diárias, baixíssimos salários, violenta e vergonhosa exploração do trabalho das mulheres e crianças, total falta de segurança no trabalho, ambientes insalubres e prejudiciais à saúde e constantes epidemias acarretando centenas, às vezes, milhares de mortes são as marcas registradas das novas relações de trabalho geradas pela indústria.

O proletariado tornou-se base econômica de sustentação da sociedade capitalista como força de trabalho e gerador da mais-valia, que permitiu e permite os grandes lucros do capitalista. Mas, desde o início, ele lutou e luta hoje por melhores condições de trabalho e de vida. O movimento *luddista*,

inspirado nas idéias de Ned Ludd, pode ser considerado como a primeira manifestação de resistência e luta dos trabalhadores. Foi marcado pela destruição de

inúmeras máquinas e fábricas consideradas responsáveis pelas mazelas da classe obreira. A reação dos patrões, apoiados pelo governo inglês, foi “tranqüila” e “generosa”.



“A partir de hoje ninguém deve trabalhar mais de 8 horas, tendo 8 horas de descanso e 8 horas de educação”, proclamaram os grevistas de Chicago

“Fábrica” – Letra e música de Renato Russo

Bateram, prenderam e mataram inúmeros operários.

Depois de 1830, os operários ingleses criaram a Associação dos Operários, considerada ilegal pelas autoridades. Em 1837, a associação bancou a Carta do Povo, na qual, além das reivindicações econômicas, já se propunha a luta política (voto universal, masculino, voto secreto, remuneração dos parlamentares, entre outros itens). Greves, passeatas e comícios foram organizados para pressionar o governo. Por volta de 1848, o movimento arrefeceu por divergências internas e repressão governamental.

Na seqüência desta luta, surgiram as “trade-unions”, as associações dos trabalhadores ingleses, inicialmente de cunho assistencialista e reivindicatório e, posteriormente, com objetivos políticos. O movimento tradeunionista chegou a impor medo aos patrões que, muitas vezes, preferiam negociar. Ele deu origem, já no final do século XIX, aos primeiros sindicatos de trabalhadores que, além da luta econômica e política, passaram a lutar por transformações sociais amplas.

OS MÁRTIRES DE CHICAGO

A luta dos trabalhadores ingleses se estendeu para outros países. Nos EUA, em 1º de maio de 1886, cerca de cinco mil trabalhadores entraram em greve para reivindicar a redução da jornada para oito horas diárias. Eles exigiam: “A partir de hoje ninguém deve trabalhar mais de 8 horas, tendo 8 horas de descanso e 8 horas de educação”.

O centro do movimento foi em Chicago. Os operários da fábrica McCormick organizaram um comício pacífico na Praça do Mercado. Mas uma bomba

Nosso dia vai chegar, teremos nossa vez.

Não é pedir demais: Quero justiça.

Quero trabalhar em paz.

Não é muito o que eu lhe peço,

Eu quero trabalho honesto em vez de escravidão.

Deve haver algum lugar onde o mais forte não consegue escravizar.

Quem não tem chance.

De onde vem a indiferença temperada a ferro e fogo?

Quem guarda os portões da fábrica?

O céu já foi azul, mas agora é cinza, e o

que era verde aqui já não existe mais.

Quem me dera acreditar que não acontece nada.

De tanto brincar com fogo, que venha o fogo então.

Esse ar deixou minha vista cansada.

Nada demais

explodiu, matando trabalhadores e policiais. Sem provas, os operários foram responsabilizados pelo ato. A repressão foi rápida e violenta: jornais operários foram fechados, com a destruição de suas instalações, novas manifestações foram proibidas, além de dezenas de trabalhadores feridos ou mortos no choque com a polícia. Os principais líderes da greve foram presos. Em 17 de maio de 1886 ocorreu o “juízo”, melhor seria dizer o sentenciamento dos indicados. Em 20 de agosto de 1887 veio a sentença:

Alberto Parsons, Augusto Spis, Adolfo Fischer, George Engel e Luiz Lingg foram condenados à morte. Lingg suicidou-se na sua cela (10/11/1887) e os outros foram enforcados no dia 11/11/1887. Michel Schawb e Samuel Fielden foram condenados a 18 anos de prisão e Oscar W. Nube, a 15 anos. Deve-se lembrar que grande parte dos líderes do movimento eram adeptos das idéias anarquistas.

Por ocasião do Congresso de Paris, em 1889, organizado pela I Internacional Comunista, os

“mártires de Chicago” foram homenageados e o dia 1º de Maio foi consagrado como o dia de luta do proletariado: o Dia do Trabalhador e, devemos complementar, da Trabalhadora, e não o dia do trabalho como quer a burguesia. Em 1893, o governo estadunidense reconheceu a inocência dos condenados.

Nesse 1º de Maio de 2007 rendemos a nossa homenagem póstuma aos milhares de trabalhadores e trabalhadoras que, em diferentes épocas, tombaram na luta por melhores condições de trabalho e de vida. Inúmeros têm os seus nomes registrados pela história oficial como “subversivos”, “baderneiros” e perniciosos para a sociedade. Outros milhares de anônimos lutaram e tombaram diante da opressão capitalista e os seus nomes desconhecidos estão registrados na história da raça humana, de suas lutas e conquistas. Parabéns! Obrigado! “A luta continua”.

Paulo Cosiuc é professor de história da PUC e diretor do Sínpro de Campinas e Região

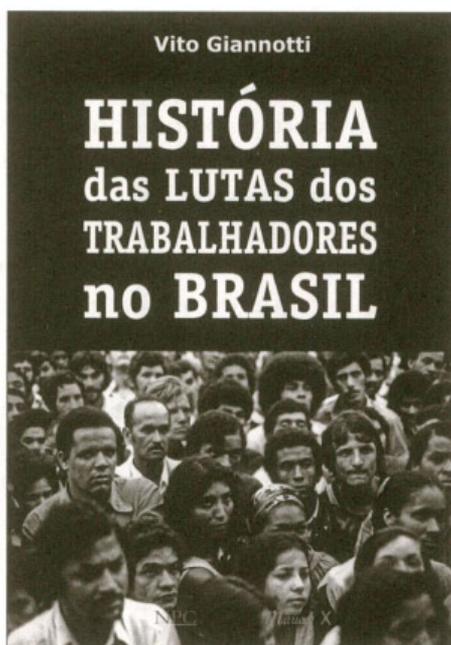
Para o trabalhador conhecer sua própria história

O escritor e ex-metalúrgico Vito Giannotti acaba de lançar um livro destinado a todos os que querem conhecer a história da classe trabalhadora no país, mas indicado, principalmente, ao próprio trabalhador brasileiro. Do primário à universidade, os alunos estudam que a história se faz por meio dos reis, rainhas, grandes estadistas, almirantes, brigadeiros, generais, empresários e políticos. O trabalhador humilde, que ergue as construções, forja o ferro e o aço, lavra os campos, fia e tece, entre tantos outros ofícios, nunca é citado. Para este personagem, quase sempre esquecido, e para preservar a sua história, nunca lembrada, Vito Giannotti escreveu *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*, resultado de dez anos de trabalho e pesquisa. Para isso, consultou mais de 500 livros, fora jornais, revistas e outras fontes.

Editado pela Mauad, o livro se constitui num documento histórico da maior importância para todos que querem conhecer as lutas, conquistas e derrotas dos trabalhadores brasileiros. Indicado tanto para sindicalistas quanto para professores, estudantes e pesquisadores, será útil também, e principalmente, para os próprios trabalhadores, que precisam conhecer sua história contada do ponto de vista de sua classe.

Em 320 páginas, com linguagem simples e acessível, o autor traça um panorama de toda a história da classe trabalhadora brasileira, desde suas origens, no começo da industrialização do país, cerca de 100 anos após a revolução industrial na Europa, até o ano de 2002, com a eleição de Lula.

Brasileiro nascido na Itália, como bem aponta na apresentação o professor Rubim Santos Leão de



***História das Lutas dos
Trabalhadores no Brasil.***

**Vito Giannotti.
Editora Mauad,
Rio de Janeiro, 2007**

POR LÍGIA COELHO

Aquino, Vito trocou a Faculdade de Filosofia pelo ofício de trabalhador braçal – foi marítimo e, nos anos 60, fixou-se no Brasil, trabalhando como metalúrgico, em São Paulo. Em seu currículo de 64 anos bem vividos, predominam algumas paixões: além do Brasil e dos trabalhadores e sua história, ele é apaixonado por comunicação popular. Numa sociedade em que a grande mídia, com raras exceções, volta-se para a defesa do mercado e do capital, ele entende que o trabalhador precisa criar a sua própria comunicação para disputar hegemonia.

“Os trabalhadores que querem mudar o mundo e a sociedade na qual vivem precisam conhecer sua história” – diz Vito, logo na

introdução. Essa é a motivação desta *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. “Este trabalho não tem a pretensão de aprofundar os fatos da nossa história. Deseja, porém, oferecer apenas uma primeira visão panorâmica, geral, da história da classe operária no Brasil”.

Nos anos 60 e 70, Vito lutou contra a ditadura militar e, como tantos que militaram naquela época, foi preso várias vezes – pelo Exército, Dops e Polícia Federal. Nas lutas diárias como metalúrgico forjou a sua militância sindical e descobriu a importância de uma comunicação alternativa, popular, voltada para os interesses dos trabalhadores. Dos boletins e jornais sindicais para os livros foi um pulo. Escreveu, entre outros, *O que é Estrutura Sindical* (Brasiliense), *CUT ontem e Hoje* (Vozes), *Força Sindical – a Central neoliberal* (Mauad), *Muralhas da Linguagem* (Mauad), *O que é Jornalismo Operário* (Brasiliense) e *Comunicação Sindical – a arte de falar para milhões* (Vozes), este último em parceria com a sua mulher, a jornalista Claudia Santiago.

No início da década de 90, cada vez mais envolvido pelo tema da comunicação popular, fundou o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) e passou a dar cursos e fazer palestras em diversas partes do país, a convite de sindicatos e associações de classe. Sempre tendo como perspectiva a importância da comunicação sob a ótica dos trabalhadores, na disputa da hegemonia sócio-político-cultural.

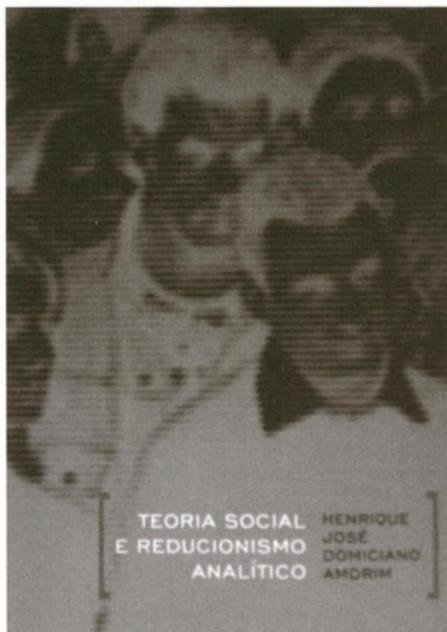
Lígia Coelho é integrante do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC)

A centralidade do trabalho no capitalismo atual

Por desembaraçada argumentação e clareza expositiva caracteriza-se esse texto de Henrique José Domiciano Amorim, autor que norteia a sua análise pela crítica à idéia do primado das forças produtivas – idéia ancorada, nesse caso, na tese do fim da centralidade do trabalho – nos processos de transformação das sociedades capitalistas e ao corolário reformista que tal tese engendraria. Eis, de maneira geral, o que Henrique Amorim considera ser o reducionismo analítico presente em importantes correntes da sociologia do trabalho atual.

O autor, num curto subtítulo, apresenta de maneira poderosamente sintética a tese geral a ser desenvolvida ao longo do texto: “Fim do trabalho ou reprodução da luta de classes no campo da teoria?”. Ou seja, ao sustentar a tese do fim da centralidade do trabalho, algumas correntes dessa disciplina trazem para o âmbito da produção teórica dos estudos do trabalho a distorção burguesa sobre o significado histórico da reorganização dos processos de produção.

Ao longo do livro, desenvolvendo a crítica a autores centrais da sociologia do trabalho, como André Gorz e Robert Kurz, Amorim defende a passagem de uma análise quantitativa da atuação política dos trabalhadores (ligado ao processo de diminuição do número de operários industri-



**Teoria social e
reducionismo analítico.**
**Henrique José Domiciano
Amorim. Ed. Editora Educus,
Caxias do Sul (RS), 2006**

POR LEANDRO GALASTRI

ais, análise que, cada um a seu modo, Gorz e Kurz desenvolveriam) para uma avaliação qualitativa das formas atuais da luta de classes – sempre tratando os antagonismos sociais do ponto de vista classista –, ou o que seriam, por exemplo, novas modalidades de organização da classe trabalhadora.

Na seqüência, Henrique Amorim dedica-se à crítica dos pressupostos de André Gorz e

Serge Mallet sobre o que seria a *nova classe operária*, supostamente formada na passagem dos anos sessenta para os oitenta. Tratar-se-ia de uma classe intelectualizada devido às exigências advindas da automação dos meios de produção, uma classe, portanto, com novas condições políticas de negociação com o patronato.

Gorz e Mallet conceberiam a negociação e a conciliação como características principais dessa nova fase da luta de classes. Na base desses pressupostos, estariam, segundo Henrique Amorim, o velho determinismo tecnológico, subjacente ao primado das forças produtivas, e a concepção linear positivista de evolução rumo a uma sociedade pós-capitalista.

O autor, enfim, questiona e problematiza as conclusões teóricas acerca da não centralidade do trabalho no capitalismo atual e as conseqüências políticas conciliatórias com o capital daí advindas. Presta, dessa forma, valiosa contribuição para o tema no âmbito da sociologia do trabalho brasileira num livro que, de resto, é fortemente recomendável para aqueles que desejam ler um excelente estudo sobre uma parte importante da polêmica hodierna “centralidade” *versus* “não centralidade” do trabalho.

Leandro de Oliveira Galastri é doutorando do programa de pós-graduação em ciência política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/SP)

Seminário:

Causas da crise do sindicalismo e como superá-la

De 18 a 20 de julho de 2007 (Prazo de inscrição: até 20 de junho de 2007)

Local: Hotel Santa Mônica, Guarulhos-SP

Realização: CES (Centro de Estudos Sindicais 1º de Maio)

Taxa de inscrição: Sindicatos conveniados: R\$ 400,00

Sindicatos não conveniados: R\$ 550,00

Informações: (11) 3106-0700 – Paulo Eduardo ou c.e.s.@uol.com.br

WAGNER GOMES



Falsos argumentos da Rede Globo contra as atuais aposentadorias

O Fantástico da Globo e a reforma da Previdência

A propaganda conservadora sobre os “problemas” na Previdência Social tem várias faces. Agora, é a Globo que investe no assunto, diagnosticando que o sistema de aposentadoria tem “distorções” peculiares. Para a poderosa rede de televisão, uma pequena fatia de “privilegiados” consome uma fatia descomunal do bolo previdenciário.

O programa *Fantástico*, apresentado pela TV Globo em abril, promoveu mais uma das muitas manipulações a respeito do tema. Usando dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao Ministério do Planejamento – um organismo ainda infestado de neoliberais –, a matéria discorreu sobre as tais “distorções”.

MANIPULAÇÃO GROSSEIRA

Trata-se de mais um argumento falso. A questão toda se resume ao conceito de administração da macroeconomia. Sem cortar os benefícios concedidos pelo Estado, o governo terá dificuldades para manter o elevado superávit primário exigido pelos compromissos com o setor financeiro. Para cumprir esses “contratos”, o governo terá de quebrar o contrato social assumido com sociedade pela Constituição de 1988.

Afinal, como o presidente Lula costuma dizer, controlar as contas de um país é o mesmo que acertar

o caixa de casa: adequar a saída de recursos à entrada. E quando os gastos incham de um mês para outro, como no caso do pagamento de juros à ciranda financeira, é preciso compensar a despesa. É aí que entra a diferença a respeito do papel do Estado entre progressistas e conservadores.

CONVENÇÃO 95 DA OIT

Uma das maiores vantagens geradas pela mudança no Ministério da Fazenda se refere ao tratamento dado aos gastos públicos. Palocci insistia em fazer cortes profundos nas despesas sociais. Já seu sucessor, Guido Mantega, acena em outra direção. Para ele, os investimentos públicos devem aumentar sem o sacrifício dos direitos sociais.

É evidente que o ministro contraria os neoliberais. Para eles, os recursos das aposentadorias deveriam incentivar atividades da

economia. Além da cantilena sobre aposentadorias “precoceas” – daí a proposta do aumento da idade mínima –, querem o fim da obrigatoriedade das empresas recolherem ao INSS a contribuição sobre valores pagos na forma de benefícios aos trabalhadores, conforme estipula a CLT em sintonia com a convenção 95 da OIT.

A PREVIDÊNCIA “PIADA”

Esta convenção fixa o princípio da proteção do salário ao determinar no seu artigo 11º que a legislação nacional deve determinar “a relação de prioridade entre o salário, que se constitui em crédito privilegiado, e os demais créditos preferenciais”. O problema é que os neoliberais trabalham para um setor da economia interessado no sistema de aposentadoria privado: seguradoras e bancos.

Se forem vitoriosos, terão a tão sonhada previdência privada e os trabalhadores terão a previdência “piada”. Hoje, para complementar suas aposentadorias, milhares de pessoas recorrem aos bancos ou às empresas de pecúlio. Após anos de contribuição, muitas não vêem a cor do dinheiro ou recebem nínhas que não pagam o cafezinho. Diante desse quadro, a Previdência se inscreve como ponto crucial da batalha entre progressistas e conservadores, que têm na TV Globo a sua principal porta-voz.

Wagner Gomes é metroviário e vice-presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

ASSINE HOJE MESMO

Debate Sindical

ALTAMIRO BORGES

Encruzilhadas do sindicalismo



Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências.

A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ganha de brinde o livro "Encruzilhadas do sindicalismo"

CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número: _____ R\$ 30,00

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
Telefone(s) _____
Fax _____
Profissão _____
Correio eletrônico _____

FORMA DE PAGAMENTO:

- Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais, Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 993, conj. 209, Bela Vista, CEP 01317-001, São Paulo - SP, no valor de R\$ 30,00
- Depósito em conta corrente nº 207423-0, Banco do Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante via fax para 11 3106-0700)
- Cartão
- Credicard Visa

Número

Validade

$$x + 6 = 8$$
$$x = 8 - 6$$
$$x = 2$$



D3

educação não é mercadoria

O setor privado de educação coloca os interesses mercantilistas à frente dos educacionais, considera alunos como clientes e professores e funcionários como empregados a serviço de seus lucros.

Um Governo que afirma ser este o momento de uma educação de qualidade, não pode abrir mão do seu papel de controlar e regulamentar o Ensino Privado.

Confira o vt da campanha no portal www.contee.org.br



contee
www.contee.org.br